



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
CURSO DE JORNALISMO

CLÍVIA ADRIELY CARDOSO SILVA

**NOTÍCIA AMPLIADA: O IMPACTO DAS FAKE NEWS NA SEGURANÇA
PÚBLICA DO AMAPÁ**

MACAPÁ
2025

CLÍVIA ADRIELY CARDOSO SILVA

**NOTÍCIA AMPLIADA: O IMPACTO DAS FAKE NEWS NA SEGURANÇA
PÚBLICA DO AMAPÁ**

Relatório de Projeto Experimental
apresentado ao Curso de Jornalismo da
Universidade Federal do Amapá, como parte
das exigências para obtenção do título de
Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Profa. Dra. Roberta Scheibe

**MACAPÁ
2025**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborado por Cristina Fernandes – CRB-2 / 1569

S586n Silva, Clívia Adriely Cardoso.

Notícia ampliada: o impacto das fake news na segurança pública do Amapá / Clívia Adriely Cardoso Silva. - Macapá, 2025.

1 recurso eletrônico.

57 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Curso de Jornalismo, Macapá, 2025.

Orientadora: Profa. Dra. Roberta Scheibe.

Coorientador: .

Modo de acesso: World Wide Web.

Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Fake news. 2. Notícia ampliada. 3. Jornalismo. I. Profa. Dra. Roberta Scheibe, orientadora. II. Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 23. ed. – 070

SILVA, Clívia Adriely Cardoso. **Notícia ampliada:** o impacto das fake news na segurança pública do Amapá. Orientadora: Profa. Dra. Roberta Scheibe. 2025. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Jornalismo. Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2025.

CLÍVIA ADRIELY CARDOSO SILVA

**NOTÍCIA AMPLIADA: O IMPACTO DAS FAKE NEWS NA
SEGURANÇA PÚBLICA DO AMAPÁ**

Relatório de Projeto Experimental apresentado ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amapá, como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Data da aprovação:

26 / 09 / 2025

Banca Examinadora

Orientadora

Profa. Dra. Roberta Scheibe
Universidade Federal do Amapá

Avaliador

Prof. Dr. Alan Milhomem
Universidade Federal do Amapá

Avaliadora

Profa. Ma. Laiza Mangas
Universidade Federal do Amapá

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, com profundo respeito e gratidão, à minha família, em especial aos meus pais. Sem o apoio constante e o amor incondicional que sempre me ofereceram, não teria alcançado tantas oportunidades nem chegado até este importante momento da minha trajetória.

AGRADECIMENTOS

Expresso minha profunda gratidão a todos os professores do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), que foram fundamentais ao longo da minha formação. Cada ensinamento, orientação e apoio recebido durante essa jornada acadêmica contribuiu imensamente para meu crescimento pessoal e profissional.

De forma especial, agradeço à Profa. Dra. Roberta Scheibe, por sua paciência e comprometimento ao longo da realização deste trabalho. Sua orientação atenta foi essencial para que eu pudesse concluir este projeto com confiança e dedicação.

Também sou grata a todos que me abriram portas e compartilharam experiências na área da comunicação. Cada oportunidade foi valiosa e me ajudou a fortalecer o compromisso com a área profissional que escolhi ingressar. Obrigada!

RESUMO

Este projeto experimental foi desenvolvido no âmbito do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e tem como foco central o impacto das fake news na segurança pública do estado do Amapá. A escolha da temática se deu a partir da crescente preocupação com o avanço da desinformação e suas consequências diretas no cotidiano da população, especialmente em contexto marcado pela rápida propagação e consumo de notícias. Para alcançar esse propósito, o projeto adota o enfoque do jornalismo informativo, por meio da notícia, por se tratar de um gênero que valoriza a apuração, a multiplicidade de fontes e a contextualização dos fatos. O produto final é uma notícia ampliada, construída com base em entrevistas, dados oficiais e apresentação de casos reais registrados no estado. O referencial teórico deste trabalho foi construído a partir das contribuições de Pierre Lévy (1999), Nilson Lage (1987, 2008), Henry Jenkins (2006) e Manuel Castells (1999), cujas abordagens possibilitaram compreender os fenômenos comunicacionais e sociais relacionados à desinformação. Já a fundamentação metodológica apoiou-se nos conceitos de Antonio Carlos Gil (2008) e Maria Cecília Minayo (2002). A intenção da pesquisa é alertar a população sobre os riscos da desinformação e reforçar o papel do jornalismo como ferramenta de esclarecimento e responsabilidade social.

Palavras-chave: *Fake news*; Notícia ampliada; Jornalismo.

ABSTRACT

This experimental project was developed within the Journalism program at the Federal University of Amapá (UNIFAP) and focuses primarily on the impact of fake news on public safety in the state of Amapá. The chosen theme stemmed from growing concern about the spread of disinformation and its direct consequences on the population's daily lives, especially in a context marked by the rapid spread and consumption of news. To achieve this goal, the project adopts the approach of informative journalism, through news, as it is a genre that values investigation, multiple sources, and contextualization of facts. The final product is an expanded news story, constructed based on interviews, official data, and presentations of real cases recorded in the state. The theoretical framework for this work was developed based on the contributions of Pierre Lévy (1999), Nilson Lage (1987, 2008), Henry Jenkins (2006), and Manuel Castells (1999), whose approaches enabled an understanding of the communicational and social phenomena related to disinformation. The methodological foundation was based on the concepts of Antonio Carlos Gil (2008) and Maria Cecília Minayo (2002). The aim of the research is to alert the public to the risks of misinformation and reinforce the role of journalism as a tool for enlightenment and social responsibility.

Keywords: *Fake news*; In-depth news; Journalism.

LISTA DE SIGLAS

UNIFAP – Universidade Federal do Amapá

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

STF - Supremo Tribunal Federal

DR-CCIBER - Delegacia de Repressão aos Crimes Cibernéticos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 JORNALISMO NA ERA DIGITAL	15
2.2 NOTICIA.....	19
2.4 CIBERCULTURA	Error! Bookmark not defined.
2.5 FAKE NEWS X DESINFORMAÇÃO	22
2.6 DESINFORMAÇÃO NA SEGURANÇA PÚBLICA	25
3 METODOLOGIA	30
4 DESCRIÇÃO DO PRODUTO.....	35
4.1 PAUTA.....	38
4.2 ESTILO E TÉCNICA DO PRODUTO.....	39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS.....	45
ANEXO – A – PAUTA	491
ANEXO – A – NOTICIA AMPLIADA.....	53

1 INTRODUÇÃO

A era digital trouxe diversos impactos significativos para a humanidade, promovendo uma nova dinâmica na comunicação e nas formas de interação social. Essa transformação redefiniu não apenas a velocidade com que as informações circulam, mas também a maneira como elas são produzidas, consumidas e compartilhadas no cotidiano. Segundo Longo (2014, p. 29), “o que se reconhece como verdade nesse novo período do mundo é que agora o digital é fundamental e não apenas experimental”.

Sendo assim, a evolução tecnológica alcançou um estágio no qual não é mais possível dissociar o ambiente digital do cotidiano das pessoas. Esse processo resultou na criação de canais de comunicação mais eficientes e com maior rapidez na disseminação de informações. No entanto, junto com os avanços, emergiram também inúmeros desafios, entre eles, a ampla propagação de conteúdos falsos e a dificuldade de verificar a veracidade das informações circulantes, evidenciando os contrapontos inerentes à era digital.

Para Wardle e Derakhshan (2023), o avanço das tecnologias da informação proporcionou uma revolução no modo de produzir, armazenar e disseminar conteúdos, tornando possível, inclusive, que um simples aparelho celular desempenhe funções antes restritas a estruturas comunicacionais complexas. Essa democratização do acesso ampliou de forma significativa a circulação de informações, mas também abriu espaço para a disseminação de conteúdos falsos.

Para os autores, a desinformação, entendida como a produção e propagação intencional de notícias falsas com o objetivo de manipular ou causar danos, não é um fenômeno inédito na história. Contudo, sua intensidade e alcance atuais representam um marco distinto, resultado da massificação das ferramentas digitais, da velocidade de propagação nas redes sociais e da ausência de barreiras geográficas, que potencializam os efeitos desse problema em escala global.

É nesse contexto que surge o fenômeno das *fake news*, termo em inglês que designa conteúdos falsos com aparência de notícias reais, muitas vezes criados com a intenção de manipular, confundir ou provocar reações emocionais na população. Segundo Nemer (2022), o termo *fake news* surgiu para designar uma informação falsa, difundida de maneira sensacionalista e apresentada como uma reportagem jornalística. Com o passar dos anos, contudo, o conceito passou a abranger outros termos relacionados, como boatos, clickbaits¹,

¹ Clickbait se refere a chamadas curtas de notícia formuladas com o objetivo de induzir os leitores a clicar em um link (ARIGONY, 2020)

erros e sátiras.

Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Locomotiva² em 2024, divulgada com exclusividade pela Agência Brasil, aproximadamente 90% da população brasileira reconhece já ter tido contato e acreditado em conteúdos falsos. Os dados apontam que 62% dos entrevistados confiam em sua própria capacidade de diferenciar informações verdadeiras das falsas, apesar de oito em cada dez brasileiros admitirem já terem confiado, em algum momento, em notícias classificadas como *fake news*.

Esse fato tem causado impactos consideráveis em diferentes áreas da sociedade, desde a política até a saúde pública. No entanto, uma de suas consequências mais preocupantes se dá no campo da segurança pública. Quando informações falsas relacionadas a crimes, operações policiais, suspeitas infundadas ou alertas inexistentes se espalham rapidamente, isso pode levar ao pânico coletivo, mobilização desnecessária das forças de segurança, linchamentos, danos à imagem de instituições e riscos reais à vida de cidadãos. No estado do Amapá, esse problema tem se intensificado, especialmente em períodos de crise, como eleições, enchentes, surtos de violência ou quando se propaga boatos sobre ações criminosas que não aconteceram.

A realidade amapaense apresenta um cenário particularmente vulnerável a desinformação, seja pela limitada presença de veículos de imprensa com atuação regional constante, seja pelo baixo índice de educação midiática em parte da população. Além disso, muitos conteúdos são compartilhados em grupos de WhatsApp³.

A estrutura do aplicativo favorece a disseminação rápida de informações, principalmente em grupos e listas de transmissão, nos quais uma única mensagem pode alcançar centenas de pessoas em poucos segundos. Essa característica, aliada à confiança que os usuários depositam em seus contatos próximos, torna o WhatsApp um dos principais vetores de circulação de informações, sejam elas verdadeiras ou falsas. A agilidade no compartilhamento, sem a exigência de verificação prévia ou checagem de fontes, contribui diretamente para o aumento da desinformação em contextos de crise ou comoção social.

Casos recentes no estado ilustram bem esse cenário: alertas falsos sobre arrastões em escolas, supostos confrontos armados que nunca ocorreram e interpretações distorcidas de

² Instituto Locomotiva é uma empresa de pesquisa e inteligência de negócios, qualificada em compreender o comportamento do consumidor e traduzir em dados. Disponível em: <https://ilocomotiva.com.br/>

³ O WhatsApp é um aplicativo de mensagens instantâneas que opera por meio da internet, permitindo a troca de textos, áudios, vídeos, documentos e chamadas entre usuários individuais ou em grupos. Seu funcionamento é baseado na criptografia de ponta a ponta, o que garante a privacidade das conversas, mas também dificulta o monitoramento do conteúdo compartilhado.

ações policiais são apenas alguns exemplos do que circula com frequência e rapidez nos meios de comunicação.

A partir dessa realidade, o presente projeto experimental propõe uma nova perspectiva sobre o impacto das *fake news* na segurança pública do Amapá, com a finalidade de desenvolver um conteúdo jornalístico que contribua para a conscientização da população e estimule uma leitura mais crítica diante do fluxo de informações que se consome diariamente.

O objetivo geral do trabalho é construir uma notícia ampliada para informar e conscientizar a população sobre as consequências das *fake news*. Entre os objetivos específicos, busca-se compreender o contexto da desinformação no Amapá. Além disso, no produto jornalístico apresentado neste trabalho, pretende-se organizar um roteiro de entrevistas que incluam especialistas em comunicação, representantes de órgãos públicos, etc. Por fim, também se pretende construir o texto com uma linguagem acessível que atenda todos os públicos e contribua na conscientização do tema apresentado.

A justificativa para a realização deste projeto se baseia em dois pontos centrais. Em primeiro lugar, na ampla circulação de informações falsas no Amapá, especialmente em contextos de vulnerabilidade informacional, os quais muitas vezes a população não tem acesso imediato a fontes confiáveis. Em segundo lugar, há um componente pessoal: a motivação do autor, que além de estudante de jornalismo, também atua como policial militar, o que possibilita uma compreensão mais direta sobre os desafios enfrentados pelas instituições de segurança quando lidam com os efeitos da desinformação. Essa vivência oferece ao projeto um diferencial de abordagem, pois alia a prática jornalística ao conhecimento da rotina operacional da segurança pública, explicando a necessidade de expor essa temática.

O problema de pesquisa que orienta este trabalho parte da seguinte questão: como o jornalismo pode auxiliar no combate a desinformação sobre assuntos da segurança pública no Amapá? A partir dessa indagação, o projeto busca refletir sobre o papel do jornalismo enquanto ferramenta de combate à desinformação, considerando principalmente os recursos midiáticos contemporâneos.

Para tanto, o projeto propõe a produção de uma notícia ampliada que apresente o fenômeno das *fake news* no Amapá sob diferentes ângulos: o da segurança pública, o da atuação dos órgãos oficiais e o da recepção por parte da sociedade. A intenção é reunir dados e entrevistas, com o intuito de construir uma narrativa que vá além da superfície e ajude a compreender as causas e os efeitos desse fenômeno, além de propor caminhos possíveis para enfrentá-lo. A escolha da notícia ampliada como formato principal permite a articulação entre

dados objetivos e narrativas apresentadas pelos indivíduos envolvidos nesse tema, tornando o conteúdo mais acessível e relevante para diferentes perfis de leitores.

Além disso, será exposto a importância da verificação de fatos como ferramenta de combate à desinformação, bem como o papel que os profissionais da comunicação devem desempenhar na promoção da educação midiática. Em uma sociedade cada vez mais conectada, formar leitores críticos e conscientes tornou-se uma missão fundamental do jornalismo. Este projeto, portanto, busca não apenas denunciar os efeitos negativos das notícias falsas, mas também apontar caminhos construtivos, baseados na responsabilidade ética e no compromisso com a verdade.

Em síntese, este trabalho busca evidenciar que o jornalismo e a sociedade, de forma integrada, podem e devem assumir o papel de agentes ativos no enfrentamento a desinformação, sobretudo em contextos locais, como o Amapá, onde os efeitos se somam a outras fragilidades sociais e institucionais. Ao articular a experiência profissional, a prática jornalística e a pesquisa acadêmica, o projeto tem como objetivo produzir um conteúdo qualificado, capaz de dialogar com a realidade da população e de contribuir para a construção de uma sociedade mais informada, segura e resiliente frente aos desafios impostos pela desinformação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CIBERCULTURA

A cibercultura retrata uma nova configuração sociocultural resultante da integração das tecnologias digitais à vida cotidiana, agregando práticas, valores e formas de interação social que emergem no ambiente virtual, sobretudo a partir da popularização da internet e das redes digitais. Esse fenômeno vai além do simples uso da internet, pois envolve transformações profundas nas formas de interação, na produção de conhecimento e no consumo de informação.

Segundo Lévy (1999), termos como “ciberespaço” e “cibercultura” são importantes para entender o desenvolvimento tecnológico e comunicacional da humanidade.

O ciberespaço é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo “cibercultura”, especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço (Lévy, 1999, p. 17).

Lévy (1999), cita que os primeiros computadores programáveis surgiram em 1945, na Inglaterra e nos Estados Unidos, inicialmente voltados ao uso militar e científico. Apenas a partir da década de 1960 seu acesso começou a se expandir para aplicações civis, marcando o início da popularização da tecnologia.

Entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990, redes de computadores começaram a se integrar espontaneamente, impulsionadas por jovens de centros urbanos e acadêmicos. Esse processo resultou no crescimento significativo de pessoas e máquinas conectadas, consolidando a inter-rede. “As tecnologias digitais surgiram, então, como a infraestrutura do ciberespaço, novo espaço de comunicação, de sociabilidade, de organização e de transação, mas também novo mercado da informação e do conhecimento” (Lévy, 1999, p. 32).

No ramo da comunicação, a cibercultura modifica a relação entre remetente e destinatário, promovendo a interatividade e o acesso descentralizado à informação. Os usuários deixam de ser meros usuários passivos e passam a operar também como produtores de conteúdo. Essa mudança cria um ambiente dinâmico, no qual o fluxo de informações acontece em tempo real, com ampla participação social.

De acordo com Lemos (2008) as tecnologias digitais passaram a integrar de forma invisível o cotidiano, estando presentes em diversos dispositivos e serviços. Esse processo

reflete-se em áreas como arte, saúde e economia, evidenciando a cibercultura como expressão das mudanças estruturais da sociedade contemporânea.

Lemos (2008, p. 259) cita que “a cibercultura, em todas as suas manifestações, caracteriza-se pela manipulação de informações binárias. Ela é a simulação do mundo pelos pós-medias (redes de computadores, telefones móveis, televisão interativa, satélites, etc)”. Ou seja este fenômeno resulta da digitalização dos meios de comunicação e da consolidação de um fluxo global de informações, caracterizado pela interatividade e pela possibilidade de o receptor assumir igualmente o papel de emissor.

Este fenômeno, por si só, representa uma conquista democrática, mas também cria oportunidades para a proliferação de informações enganosas. As chamadas *fake news*⁴ (conteúdos falsos com aparência de notícia verdadeira) emergem nesse contexto com efeitos devastadores, sobretudo na ação de enganar emocionalmente indivíduos vulneráveis.

A instantaneidade da informação, a diversidade de fontes e a velocidade na disseminação de notícias exigem dos profissionais da comunicação novas estratégias de apuração, checagem de dados e abordagem editorial. No entanto, esse novo cenário também amplia os riscos relacionados à desinformação, tornando ainda mais urgente o trabalho jornalístico voltado ao combate às *fake news*.

Além disso, os mecanismos de personalização de conteúdo, algoritmos de redes sociais e o fenômeno das bolhas informativas modificam a relação entre o público e os meios de comunicação. Os indivíduos consomem notícias de acordo com seus interesses e preferências, o que pode reforçar a polarização e dificultar o acesso a informações confiáveis.

Segundo Lemos (2008) a distinção entre cultura e tecnologia mostra-se insustentável, pois adotar uma visão que as separa limita a compreensão das múltiplas dimensões e complexidades presentes nas tecnologias contemporâneas. Portanto compreender a tecnologia como integrada à cultura permite analisar seus impactos sociais, econômicos e comunicacionais de forma mais ampla e contextualizada.

No âmbito da segurança pública, os efeitos da cibercultura são ainda mais sensíveis, pois as informações são difundidas em redes sociais interativas, com participação ativa dos usuários. Notícias falsas sobre ações policiais, crimes inexistentes ou alertas infundados podem se espalhar rapidamente e gerar pânico social, prejudicando a atuação das instituições de segurança.

⁴ O conceito de fake news será desenvolvido de forma mais detalhada em seção específica deste trabalho, onde serão discutidos seus fundamentos teóricos e implicações no contexto da pesquisa.

2.2 JORNALISMO NA ERA DIGITAL

A história da comunicação humana remonta à antiguidade, quando as primeiras formas de transmissão de informações eram baseadas em narrativas orais, inscrições em pedra e outros suportes rudimentares. Neste sentido, Lévy (1999), menciona que houve uma passagem significativa da cultura oral para a cultura da escrita, momento em se abriu novas perspectivas no ato de comunicar.

Antes da invenção da imprensa, na sociedade oral, as mensagens circulavam de forma lenta e alcançavam um público restrito, geralmente limitado a líderes políticos, religiosos ou membros das classes privilegiadas. Nessa dinâmica, emissores e receptores compartilhavam o mesmo círculo social e vivenciavam experiências semelhantes, o que favorecia uma compreensão mais imediata e próxima da mensagem.

Com o advento da escrita, segundo o autor, ocorreu uma ruptura importante: abriu-se um universo até então inexplorado, permitindo que novas possibilidades e experiências fossem compartilhadas. As barreiras geográficas e sociais deixaram de ser obstáculos determinantes para a circulação da informação, que passou a assumir um caráter universal, superando a transmissão direta entre indivíduos inseridos em um mesmo espaço social.

Segundo Chartier (1994), com a criação da imprensa por Johannes Gutenberg, no século XV, aconteceu uma verdadeira revolução no processo de circulação das notícias. A tipografia permitiu a produção em larga escala de livros, panfletos e, posteriormente, periódicos, ampliando o acesso à informação e possibilitando que um maior número de pessoas pudesse se atualizar sobre os acontecimentos locais e internacionais.

A utilização dos tipos móveis, moldados em chumbo e dispostos em uma prancha para receber tinta, possibilitou a reprodução de inúmeros exemplares de um mesmo texto em poucas horas. Essa inovação reduziu drasticamente o tempo necessário para a produção de livros, que anteriormente eram confeccionados manualmente na forma de códices, exigindo um trabalho lento e minucioso. Assim, a imprensa tornou-se decisiva para atender à crescente demanda por textos escritos e para ampliar a difusão do saber.

Esse processo não apenas transformou a relação da sociedade com a leitura, mas também levantou novas questões sobre os impactos de tais mudanças. Nesse sentido, a expansão do acesso à informação proporcionada pela imprensa é frequentemente associada a movimentos revolucionários no campo da comunicação e da cultura escrita, levantando debates sobre possíveis paralelos com os desafios contemporâneos do universo digital.

A revolução do nosso presente é, com toda certeza, mais que a de Gutenberg. Ela não modifica apenas a técnica de reprodução do texto, mas também as próprias estruturas

e formas do suporte que o comunica a seus leitores. O livro impresso tem sido, até hoje, o herdeiro do manuscrito: quanto à organização em cadernos, à hierarquia dos formatos do libro da banco ao libellus; quanto, também, aos subsídios à leitura: concordâncias, índices, sumários etc. (Chartier, 1994, p.187).

Segundo Lage (2008), com o surgimento do jornalismo, o principal objetivo dos textos informativos era sustentar um discurso de caráter retórico, prática já utilizada há muito tempo com a finalidade de exaltar o papel do Estado e reforçar os valores da fé na sociedade.

Os primeiros jornais circularam, a partir de 1609, em centros de comércio, ligados à burguesia, e os primeiros jornalistas incumbiam-se de difundir as ideias burguesas. Algumas décadas mais tarde, os aristocratas também promoveram a edição de jornais que, de sua parte, divulgavam temas caros à aristocracia, dedicando muito espaço, por exemplo, aos casamentos, viagens de príncipes e festas da corte (Lage, 2008, p. 10).

No Brasil, o jornalismo teve início oficialmente em 1808 com a fundação da Gazeta do Rio de Janeiro, o primeiro jornal impresso do país, criado para divulgar os atos oficiais da Coroa Portuguesa. Aos poucos, foram surgindo novos veículos de comunicação com maior preocupação editorial, mais voltados ao interesse público e menos vinculados aos governos.

O desenvolvimento dos meios de comunicação ao longo dos séculos, desde a imprensa de Gutenberg até os jornais periódicos e, posteriormente, os meios eletrônicos, demonstra a evolução constante da prática jornalística e a importância de sua função social. A trajetória da comunicação de massa, portanto, está diretamente ligada ao surgimento e ao fortalecimento do jornalismo como campo profissional e acadêmico.

Com o avanço da era digital, o jornalismo adaptou suas linguagens, formatos e processos de produção para acompanhar as mudanças tecnológicas e as novas formas de consumo de conteúdo informativo. Com a popularização da internet, as tradicionais rotinas de apuração e divulgação de notícias passaram a conviver com um cenário de velocidade acelerada, múltiplas plataformas e forte participação do público no processo comunicativo.

A interatividade e a convergência midiática são características marcantes desse novo ambiente, exigindo do jornalista competências que vão além da escrita e da apuração verídica. Hoje, os profissionais da comunicação precisam dominar ferramentas multimídia, compreender os algoritmos das redes sociais e desenvolver estratégias para alcançar diferentes públicos em meio a uma grande diversidade de fontes e formatos.

Segundo Jenkins (2009), a convergência midiática pode ser compreendida como um processo cultural em que velhas e novas mídias interagem, promovendo a circulação de conteúdos através de múltiplas plataformas. Mais do que um simples avanço tecnológico, trata-se de uma transformação social que envolve a participação ativa do público, que deixa de ser apenas consumidor para também se tornar produtor e difusor de informações. Nesse contexto,

as fronteiras entre meios de comunicação tradicionais e digitais tornam-se cada vez mais tênues, possibilitando novas formas de engajamento e interação.

O autor destaca ainda que a convergência não ocorre apenas nos dispositivos ou nas empresas de mídia, mas principalmente nas práticas cotidianas dos indivíduos, que compartilham e reinterpretem conteúdos em diferentes espaços. Esse fenômeno amplia a circulação das narrativas midiáticas e altera as dinâmicas de poder na comunicação, uma vez que o público passa a desempenhar papel central no processo de construção de sentidos. Assim, a convergência midiática representa uma mudança estrutural na forma como a sociedade produz, consome e distribui informações no cenário contemporâneo.

A convergência exige que as empresas midiáticas repensem suposições sobre o que significa consumir mídias, suposições que moldam tanto decisões de programação quanto de marketing. Se os antigos consumidores eram tidos como passivos, os novos consumidores são ativos. Se os antigos consumidores eram previsíveis e ficavam onde mandavam que ficassem, os novos consumidores são migratórios, demonstrando uma declinante lealdade a redes ou meios de comunicação (Jenkins, 2009, p. 45).

Castells (1999) define a sociedade em rede como um novo paradigma social, marcado pela centralidade das tecnologias de informação e comunicação na organização das relações econômicas, políticas e culturais. Nesse contexto, a rede se torna a forma predominante de estrutura social, caracterizada por sua flexibilidade, interconexão e alcance global. A informação passa a ser o principal recurso estratégico, e sua circulação em tempo real redefine os processos produtivos, as formas de interação e até mesmo as identidades individuais e coletivas.

De acordo com o autor, essa configuração rompe com modelos hierárquicos tradicionais e cria uma lógica descentralizada, em que fluxos de informação circulam por múltiplos pontos sem depender de um centro único. Assim, a sociedade em rede não apenas reorganiza a economia mundial em torno da globalização e do conhecimento, mas também impõe novos desafios sociais, como a exclusão digital e a desigualdade de acesso. Dessa forma, destaca-se que compreender a dinâmica das redes é fundamental para analisar as transformações estruturais do mundo contemporâneo.

Castells (1999) afirma que as novas tecnologias da informação não devem ser compreendidas apenas como instrumentos de uso imediato, mas como processos dinâmicos que precisam ser construídos e aprimorados. “Usuários e criadores podem tomar-se a mesma coisa” (Castells, 1998, p. 69). De modo que os indivíduos exercem maior controle sobre a tecnologia, aproximando os processos sociais de criação simbólica da produção e distribuição de bens e

serviços. Nesse contexto, a mente humana passa a atuar como força direta de produção, ultrapassando seu papel tradicional de mero suporte no sistema produtivo.

Para Lage (2008), as mudanças tecnológicas trouxeram uma nova dinâmica na relação do jornalista com seu público-alvo, criando um abismo entre os profissionais que dominam as ferramentas digitais e aqueles que ainda resistem ou se abstêm de utilizá-las.

Qualquer observador dirá, sem esforço, que a introdução dos computadores modificou bastante a prática do jornalismo. Alguém que estude bem o assunto, no entanto, concluirá que essa modificação é mais profunda do que parece à primeira vista e que o processo de mudanças está longe de terminar: na verdade, promete tornar-se permanente (Lage, 2008, p.153).

O autor manifesta, claramente, uma divisão entre a nova geração do jornalismo, que domina as ferramentas tecnológicas e a geração antiga.

Inicialmente, foram programas de produção: editores de texto, softwares de editoração, processamento de fotografias e gráficos. Agora, os editores não-lineares de som e vídeo e, especialmente para reportagem, os usos da internet, as planilhas de cálculo, os gerenciadores de bancos de dados, o acesso a métodos avançados de pesquisa (Lage, 2008, p.154).

Nesse contexto, o jornalismo na era digital não apenas redefine os processos de produção e distribuição da informação, mas também reforça a importância da ética e da credibilidade profissional, aspectos fundamentais para manter a confiança do público diante de um cenário cada vez mais fragmentado e veloz.

Para entregar um material de qualidade ao público, o jornalista faz uso de conceitos fundamentais, como a linguagem jornalística, que se caracteriza pela objetividade, clareza e concisão. Seu propósito é transmitir informações de maneira direta e compreensível, sempre pautado pela relevância, precisão e atualidade dos fatos. Esses elementos são essenciais na construção de um texto informativo.

Também, precisa ser acessível, com frases curtas, vocabulário simples e estrutura lógica. Isso significa eliminar ambiguidade e subjetividade excessiva, utilizando um estilo que favoreça a rápida compreensão da mensagem. Além disso, a linguagem jornalística se adapta aos diferentes gêneros e formatos, como notícias, reportagens, entrevistas, crônicas e artigos de opinião. Cada um desses formatos possui regras específicas de construção textual, mas todos compartilham a responsabilidade com a veracidade e a ética informativa.

O fato, porém, é que a informação deixou de ser apenas ou principalmente fator de acréscimo cultural ou recreação para tornar-se essencial à vida das pessoas. E o âmbito da informação necessária ampliou-se muito além da capacidade individual de acesso do homem a outras fontes – textos didáticos, documentos oficiais etc. (Lage, 2008, p. 21).

Com o avanço da tecnologia e o surgimento de novos meios digitais, a linguagem jornalística também passou por transformações. Hoje, é comum o uso de hiperlinks, recursos audiovisuais e formatos multimídia, que tornam a comunicação mais dinâmica e interativa. No entanto, a essência permanece: transmitir a informação de forma clara, confiável e socialmente relevante.

2.3 NOTÍCIA

De acordo com Lage (1987), na Idade Média, a principal forma de acesso à informação pela população se dava por meio de decretos, proclamações e sermões religiosos. Paralelamente, circulavam boatos, relatos orais e narrativas sobre acontecimentos marcantes, enquanto elementos da literatura clássica e da cultura popular eram transmitidos lentamente, muitas vezes por trovadores, levando anos para se espalhar pelo continente europeu.

Ainda segundo o autor, a notícia assumia um papel associado à acumulação de capital mercantil. A produção de um jornal exigia investimentos reduzidos, já que a redação era composta, em geral, por duas ou três pessoas, e os custos se restringiam basicamente ao papel e à tinta. Muitas vezes, os próprios leitores viabilizavam o capital inicial por meio da contratação de assinaturas. Dessa forma, do ponto de vista econômico, qualquer indivíduo que conseguisse reunir algumas centenas de assinantes dispostos a pagar pelo exemplar tinha condições de lançar sua própria publicação. Nesse contexto, surgiu o gênero jornalístico notícia.

Lage (1987) cita que a notícia passou a consolidar-se como um instrumento essencial de informação pública, voltado à divulgação de acontecimentos recentes e de relevância social. Nesse processo, adquiriu como característica central a busca por apresentar os fatos de forma clara, precisa e verificável, sem a interferência direta das opiniões pessoais do jornalista.

A notícia é base fundamental da atividade jornalística, Erbolato (1991) compreende que a partir dela que se constrói todo o processo de produção de informação e não se limita a um simples registro de fatos, mas envolve critérios de relevância, atualidade e interesse público. Dessa forma, o jornalismo assume a função de selecionar, interpretar e tornar compreensíveis acontecimentos da realidade social, transformando-os em conteúdos acessíveis à coletividade.

Além disso, o autor chama atenção para os critérios que determinam o que pode ou não ser considerado notícia, ressaltando que fatores como novidade, proximidade, objetividade e interesse público influenciam diretamente na escolha do que será noticiado. O jornalista atua como mediador entre os fatos e a sociedade, codificando informações de maneira clara, objetiva e responsável, de modo que a notícia cumpra seu papel social de informar e orientar o público.

Segundo Erbolato (1991), a notícia é matéria-prima não apenas porque inicia o processo jornalístico, mas porque sustenta a credibilidade do próprio campo da comunicação. O tratamento técnico da informação, aliado à ética profissional, é o que garante a legitimidade da notícia como instrumento de conhecimento coletivo. Assim, compreender a notícia como elemento estruturante do jornalismo permite valorizar seu papel na construção da cidadania e na formação da opinião pública.

As notícias são a matéria-prima do jornalismo, pois somente depois de conhecidas ou divulgadas é que os assuntos aos quais se referem podem ser comentados, interpretados e pesquisados, servindo também de motivo para gráficos e charges. Se o homem das cavernas se contentava em saber que seu território estava ameaçado por algum animal perigoso, o cidadão contemporâneo não encontra limites para o seu desejo de bem informar-se (Erbolato, 1991, p 49).

A notícia deve responder, de maneira rápida e eficiente, às chamadas perguntas básicas do jornalismo: o quê, quem, quando, onde, como e por quê. E, geralmente adota uma estrutura piramidal, em que as informações mais relevantes aparecem logo no início do texto, ampliando-se com detalhes complementares ao longo do desenvolvimento.

De acordo com Lage (1987), é uma construção social que vai além da simples reprodução de fatos. Para o autor, a notícia é resultado de um processo de seleção e organização da realidade, orientado por critérios de valor-notícia e pela lógica de funcionamento das empresas jornalísticas. Assim, ela é um produto cultural e comunicacional que responde a interesses sociais, políticos e econômicos, além de obedecer a rotinas profissionais estabelecidas.

O autor também destaca que a estrutura da notícia está vinculada a técnicas narrativas e a padrões linguísticos. Lage (1987) explica que elementos como a pirâmide invertida, a hierarquização dos fatos e a busca pela concisão são recursos fundamentais para que o conteúdo seja compreendido rapidamente pelo leitor. Esses mecanismos, no entanto, não eliminam a mediação do jornalista, que interpreta, seleciona e organiza o material coletado para dar sentido ao relato.

De acordo com o autor, a notícia deve ser entendida como parte de um processo de comunicação social mais amplo, no qual o jornalismo desempenha a função de informar, mas também de influenciar a opinião pública e contribuir para a construção da realidade social. Dessa maneira, compreender a estrutura da notícia é compreender igualmente os limites e as potencialidades do jornalismo enquanto prática profissional e enquanto instituição essencial para a democracia e para a vida em sociedade.

No cenário atual da comunicação digital, o gênero notícia também passou a ser produzido em diferentes formatos, como textos multimídia, vídeos e publicações em redes sociais. Entretanto, mesmo com essas transformações, a essência informativa e real da notícia permanece como princípio central da atividade jornalística.

Conceitos que expressam subjetividades estão excluídos: não é notícia o que alguém pensou, imaginou, concebeu, sonhou, mas o que alguém disse, propôs, relatou ou confessou. É também axiomática, isto é, se afirma como verdadeira: não argumenta, não constrói silogismos, não conclui nem sustenta hipóteses. O que não é verdade, numa notícia, é fraude ou erro (Lage, 1987, p. 25).

Portanto, Lage (1987) afirma que a notícia possui caráter de verdade presumida, configurando-se como um relato objetivo e verificável dos fatos, sem espaço para subjetividades. Assim, qualquer distorção ou invenção compromete diretamente sua função informativa.

Para entendermos a proposta desta pesquisa, precisamos adicionar mais um conceito a discussão: reportagem. Para Lage (2008) a reportagem surgiu com o intuito de evidenciar questões centrais relacionadas aos limites entre o interesse público e o privado, destacando também o que deve ou não ser mantido em sigilo pelo Estado, além de levantar reflexões sobre os desafios éticos do mercado e os impactos sociais decorrentes da expansão capitalista.

Esse formato busca contextualizar os acontecimentos, oferecendo múltiplas perspectivas e análises que ampliam a compreensão do leitor:

Programa-se geralmente a pauta da reportagem (a reportagem aborda um assunto em visão jornalística) a partir de fatos geradores de interesse, encarados de certa perspectiva editorial. Não se trata apenas de acompanhar o desdobramento (ou fazer a suíte) de um evento, mas de explorar suas implicações, levantar antecedentes – em suma, investigar e interpretar (LAGE, 2008, p. 39).

Para a elaboração deste projeto, adotou-se o formato de notícia ampliada, considerando que o leitor necessita de uma maior imersão na narrativa dos personagens, especialmente diante de um tema ainda pouco explorado sob o aspecto teórico. O termo “notícia ampliada” não é consolidado na área da comunicação, mas já vem sendo debatido e apresentado em outros trabalhos na UNIFAP, como o Projeto Experimental apresentado ao curso de Jornalismo, intitulado “Projetos sociais são beneficiados com recursos da justiça do Amapá”, defendido pelas alunas Mariana Nascimento e Rafaelli Geronimo, sob orientação da Prof. Ma. Laiza Mangas.

Segundo o projeto experimental a notícia ampliada distingue-se da notícia convencional por constituir um produto jornalístico mais detalhado e aprofundado. O formato é novo e pode causar uma certa confusão no início, não sendo unanimidade nem entre os estudiosos, o que “gera debate entre mestres e alunos da área da comunicação, uma vez que ele caminha entre as características factuais de uma notícia e o processo mais longo de apuração de uma reportagem” (Nascimento, M; Geronimo, R., 2024, p. 13).

Outra pesquisa acadêmica que abordou o tema foi o Projeto Experimental, também pertencente ao curso de Jornalismo, intitulado “A bioeconomia do açaí como a alternativa na geração de renda no Amapá”, submetido pelas alunas Neurizete Duarte e Sandra Castro, sob orientação da professora Ma. Laiza Mangas, que ratificou a ideia de que gênero informativo notícia ampliada não está consolidada como gênero jornalístico, mas que é preciso trabalhar esse conceito.

As autoras afirmam que “a notícia ampliada é um entremeio entre a notícia, que aborda questões factuais, e a reportagem, que apresenta uma visão mais ampliada do fato, com contexto, análises e interpretações do ocorrido” (Duarte, N; Castro, S., 2024, p. 14). Tal definição também foi discutida durante as aulas ministradas na UNIFAP, evidenciando que o conceito vem sendo objeto de crescente debate no campo acadêmico e profissional do jornalismo.

2.4 DESINFORMAÇÃO X FAKE NEWS

O termo *fake news* refere-se a conteúdos noticiosos falsos, fabricados intencionalmente para disseminar informações enganosas, manipular a opinião pública ou provocar reações emocionais específicas. Esse fenômeno ganhou força com a expansão das redes sociais e o fácil acesso às tecnologias digitais, facilitando a produção e a disseminação de informações não verificadas.

Em 2017, a expressão foi eleita como a palavra do ano pelo Dicionário Collins, registrando um aumento de 365% nas menções em comparação ao ano anterior. Esse crescimento ocorreu, principalmente, como resposta à corrida presidencial dos Estados Unidos em 2016, quando a maioria das pesquisas de intenção de voto indicava Hillary Clinton como favorita.

Após a vitória de Donald Trump, o então presidente eleito passou a desacreditar o trabalho da imprensa em geral, utilizando constantemente o termo *fake news* para deslegitimar notícias que o contrariavam. Desde então, a expressão foi rapidamente incorporada ao vocabulário midiático e social em escala mundial.

A crença de que as *fake news* surgiram apenas em 2016 configura, por si só, uma notícia falsa. De acordo com Nemer (2022), há registros históricos de informações manipuladas que remontam ao ano de 44 a.C., quando, durante uma campanha de difamação contra Marco Antônio, figura política relevante em Roma, foram utilizadas táticas semelhantes ao método moderno.

Para Wardle e Derakhshan (2023), o termo “fake news” foi utilizado de forma descontrolada por políticos de diferentes nacionalidades, o que causou um certo “esvaziamento” de sentido. Para substituir, os autores apontaram o termo “desinformação” como o mais correto no contexto de desordem informacional.

Os autores citam três conceitos importantes da desordem informacional: a) informação falsa (*mis-information*), que ocorre quando conteúdos falsos são compartilhados sem a intenção consciente de provocar danos; b) desinformação (*dis-information*), definida pela produção e difusão proposital de informações falsas, com o intuito de prejudicar pessoas, organizações ou a coletividade e c) informação maliciosa (*mal-information*) refere-se à utilização de dados verdadeiros, mas divulgados de forma a gerar consequências negativas, muitas vezes pela exposição de aspectos privados em espaços públicos.

Wardle e Derakhshan (2023) citam que não devemos enxergar o fenômeno da informação falsa e da desinformação como situações distintas. Portanto, é fundamental analisar seus efeitos dentro do ambiente das novas mídias e das dinâmicas que nela se estabelecem.

Este ecossistema é dominado por rádio, televisão e mídias sociais cada vez mais partidárias; articulações emocionais exageradas do mundo; disseminação rápida por meio de feeds produzidos algoritmicamente em smartphones e públicos que passam rapidamente pelas manchetes para lidar com o excesso de informações diante deles.

De acordo com o guia *Muito mais que News* (2022), lançado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), com o objetivo de apoiar os jovens no enfrentamento da desinformação, o disseminador é consciente das suas ações. “O produtor de *fake news* sabe que seu conteúdo é falso, e dissemina aquela informação com o objetivo de manipular a opinião de quem vai recebê-la” (Unicef, 2022, p. 5).

Além de impactar a opinião pública, a propagação de notícias falsas pode causar consequências sociais, políticas e até mesmo de segurança pública, como já registrado em diversas regiões do Brasil, incluindo o Amapá. Por isso, o combate à desinformação tornou-se

uma das prioridades das instituições de comunicação, que buscam desenvolver estratégias para minimizar os danos causados por esse tipo de conteúdo.

De acordo com o livro *Desinformação: o mal do século*, integrante do Programa de Combate à Desinformação, lançado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em parceria com a Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UNB) lançado em 2023, “podemos dizer que *fake news* referem-se a textos que recebem estrutura de notícia e aparentam ser reais com o objetivo de espalhar inverdades” (BRASIL. Supremo Tribunal Federal, BRASÍLIA, Universidade de, 2023, p. 127).

Ainda segundo a publicação, iniciativas de checagem de fatos têm se expandido numa escala global, posicionando o jornalismo investigativo e a verificação de fatos (*fact-checking*) como ferramentas essenciais para combater a desinformação. Projetos de checagem de fatos, desenvolvidos por agências especializadas ou vinculados a veículos de comunicação, aproveitam a expansão da desinformação para reforçar o compromisso ético e técnico do jornalismo, promovendo a valorização da profissão e fortalecendo a confiança do público.

O *fact-checking*, ou verificação de fatos, é uma prática jornalística essencial no contexto da era digital, caracterizada pelo excesso de informações e pela rápida disseminação de conteúdos não verificados. Ainda segundo a publicação, essa técnica consiste na análise rigorosa de declarações públicas, conteúdos veiculados nas redes sociais e matérias jornalísticas, com o objetivo de apurar a veracidade das informações e promover um debate público mais qualificado e ético.

No cenário brasileiro, uma das principais iniciativas de verificação de informações é o Fato ou Fake, projeto desenvolvido pelo Grupo Globo, por meio do portal G1 que atua desde 2018 no monitoramento e na checagem de conteúdos de natureza duvidosa. Essa ferramenta de *fact-checking* tem como finalidade principal combater a propagação de notícias falsas, boatos e conteúdos enganosos, com especial atenção ao que circula nas redes sociais e aplicativos de mensagens.

Por meio de uma equipe de jornalistas, as informações suspeitas são analisadas e classificadas conforme sua veracidade, promovendo assim um jornalismo comprometido com a checagem dos fatos e a prestação de serviço à sociedade. A iniciativa representa uma resposta institucional à crescente onda de desinformação, especialmente em períodos de instabilidade social, fortalecendo o papel da imprensa como agente de responsabilidade pública.

Além do formato tradicional em texto, as publicações do Fato ou Fake também são disponibilizadas em vídeos e postagens nas redes sociais, o que amplia o alcance das informações verificadas. Essa estratégia de comunicação multimídia é uma resposta à própria

dinâmica da desinformação, que frequentemente se espalha de forma rápida e em múltiplas plataformas.

Segundo o Laboratório de Políticas Públicas e Internet (LAPIN, 2020), a desinformação utiliza várias formas de ludibriar o receptor do conteúdo falso, muitos desses recursos são fundamentados em teorias da psicologia que aproveitam de atalhos no raciocínio para se disfarçar e passar uma imagem mais convincente. É o caso dos vieses cognitivos, que são disposições da mente humana a considerar verdadeiros os conteúdos que confirmem as crenças pessoais, dessa forma, o indivíduo tende a aceitar com mais facilidade tal conteúdo, e conseqüentemente, consumi-lo com mais frequência.

Ainda segundo o LAPIN, outro aspecto que favorece a disseminação de informações falsas é a forma como esses conteúdos chegam até o público, geralmente por meio de pessoas próximas, como amigos, familiares ou colegas de trabalho. Essa proximidade cria um ambiente de confiança que, frequentemente, reduz a capacidade crítica do receptor da informação.

O fator emocional envolvido nas relações interpessoais faz com que as pessoas tendam a acreditar e compartilhar informações recebidas de quem conhecem, mesmo sem realizar qualquer verificação prévia da veracidade do conteúdo. Essa dinâmica amplia significativamente o alcance da desinformação, uma vez que os compartilhamentos em redes sociais de pessoas próximas funcionam como um catalisador para a propagação de notícias falsas.

De acordo com guia *Muito mais que News* (2022) as *fake news*, nessas circunstâncias, se consolidaram ao imitar instituições consideradas confiáveis, como veículos jornalísticos, pronunciamentos oficiais e publicações científicas, aproveitando-se da vulnerabilidade de indivíduos em busca de referências confiáveis e do poder de difusão rápida das grandes plataformas digitais. Os efeitos da desinformação vão além da simples aceitação de mentiras como verdades ou da distorção dos fatos verdadeiros, ela compromete os referenciais utilizados para orientar a vida coletiva.

2.5 DESINFORMAÇÃO NA SEGURANÇA PÚBLICA

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022), a Constituição Federal estabelece a segurança pública como um direito fundamental e condição essencial para o exercício da cidadania, vinculada a princípios de liberdade, equidade, paz e valorização da vida. Para ser efetiva, deve ser implementada por meio de políticas públicas transparentes, democráticas e com participação social.

Ainda segundo a publicação, a segurança pública no Brasil configura-se como um

campo amplo e multifacetado, formado por diferentes instituições que desempenham funções voltadas à manutenção da ordem social, à prevenção de crimes e à redução da violência. Embora as polícias assumam centralidade no debate público sobre o tema, a área não pode ser reduzida apenas a essas organizações, nem confundida com o Sistema de Justiça Criminal, uma vez que envolve diversos atores institucionais e sociais comprometidos com a preservação da cidadania.

No que se refere às forças policiais regulamentadas pelo Artigo 144 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), a competência é distribuída entre a União e as Unidades da Federação. Em âmbito federal, atuam a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Penal Federal. Nos estados, a estrutura compreende a Polícia Civil, a Polícia Militar e a Polícia Penal Estadual. Além dessas, existem órgãos de atuação específica, como a Polícia Legislativa, que exerce atividades de segurança no Congresso Nacional, e a Polícia Ferroviária Federal, que atualmente encontra-se em situação de quase inatividade em virtude da ausência de concursos e da redução de seu efetivo ativo.

Essas instituições são regidas, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022), divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, por atribuições legais e territoriais próprias, podendo atuar tanto na esfera administrativa, com foco na preservação da ordem pública e na prevenção criminal, quanto na função de polícia judiciária, responsável pela apuração de infrações penais e pelo encaminhamento dos resultados ao sistema de justiça, que engloba o Ministério Público, o Poder Judiciário e as Defensorias Públicas. Nesse sentido, a segurança pública se estabelece como um sistema integrado, que alia a dimensão administrativa e investigativa ao cumprimento das normas penais e processuais penais, constituindo um dos pilares para a manutenção da vida em sociedade.

Lima, R. S. de, Sinhoretto, J., & Bueno, S. (2015) afirmam que o processo de redemocratização do Brasil trouxe consigo um paradoxo evidente: ao mesmo tempo em que o país avançou significativamente em seus indicadores socioeconômicos nas últimas três décadas, houve também um crescimento expressivo da violência. Esse cenário gerou tensões sociais e aprofundou a desconfiança nas instituições democráticas, uma vez que a criminalidade se consolidou como um dos principais problemas nacionais.

Um dos maiores desafios contemporâneos no campo da comunicação e da segurança pública, é a desinformação, uma vez que sua propagação em larga escala compromete a credibilidade da informação e afeta diretamente a vida social e política. Embora o ordenamento jurídico brasileiro ainda não disponha de um artigo específico no Código Penal que tipifique a prática de criação ou disseminação de notícias falsas como crime autônomo, a legislação contempla dispositivos que podem ser aplicados a determinados casos de desinformação,

especialmente quando há ofensa à honra de pessoas físicas ou jurídicas.

No ordenamento jurídico brasileiro, a prática de desinformação pode, a depender de seu conteúdo, ser enquadrada em diferentes tipos penais previstos no Código Penal. Entre eles, destacam-se três artigos: a calúnia (art. 138), que consiste em atribuir falsamente a alguém a prática de um crime; a difamação (art. 139), relacionada à imputação de fato ofensivo à reputação de outrem; e a injúria (art. 140), que se refere à ofensa direta à dignidade ou ao decoro da pessoa. Esses dispositivos evidenciam que a desinformação não se limita ao campo comunicacional, mas também pode configurar ilícito penal.

A aplicação dos artigos mencionados reforça a necessidade de compreender a desinformação não apenas como um fenômeno social, mas também como uma conduta que, em determinados contextos, se enquadra como crime, exigindo tanto medidas legais quanto políticas de conscientização e educação midiática.

Portanto, ainda que o termo desinformação seja recente e associado principalmente ao ambiente digital, sua prática pode ter consequências jurídicas já previstas em lei. A aplicação dos artigos mencionados reforça a necessidade de compreender a desinformação não apenas como um fenômeno social, mas também como uma conduta que, em determinados contextos, se enquadra como crime, exigindo tanto medidas legais quanto políticas de conscientização e educação midiática.

Segundo o Oficial da Polícia Civil, Adel da Silva, (2025) lotado na Delegacia de Repressão aos Crimes Cibernéticos (DR-CCIBER), no Estado do Amapá, entre os anos de 2021 e 2025, observou-se um crescimento dos registros de difamação em comparação aos crimes de injúria e calúnia, fenômeno intensificado durante o período da pandemia da Covid-19. Esse cenário está diretamente relacionado ao uso ampliado das redes sociais e aplicativos de mensagens como principais meios de interação, que se tornaram espaços propícios para a propagação de conteúdos depreciativos contra indivíduos e instituições.

Enquanto a calúnia e a injúria se mantiveram presentes, a difamação ganhou relevância em virtude de seu caráter coletivo, atingindo de forma mais ampla a honra e a imagem de pessoas físicas e jurídicas em ambientes virtuais de grande alcance. Tal contexto evidencia não apenas a vulnerabilidade da sociedade amapaense frente à disseminação de informações falsas, mas também a necessidade de atuação mais rigorosa dos órgãos de segurança e justiça para conter os impactos jurídicos e sociais desse tipo de crime.

A Polícia Civil do Estado do Amapá atua na materialização dos fatos e na identificação de autoria em casos relacionados à veiculação de informações falsas. As investigações concentram-se em perfis de redes sociais e aplicativos de mensagens, de modo a identificar

indivíduos que compartilham ou disseminam conteúdos sabidamente inverídicos, os quais apresentam potencial para causar prejuízos à ordem pública, à honra de terceiros ou à estabilidade institucional.

Ainda de acordo com o Oficial Adel da Silva (2025), a propagação de notícias falsas acarreta impactos negativos de grande relevância para a sociedade, tais como a desinformação generalizada da população, que compromete a tomada de decisões individuais e coletivas; a interferência em processos eleitorais, prejudicando o funcionamento pleno da democracia; e o comprometimento da saúde pública, a partir da circulação de informações incorretas sobre vacinas, tratamentos e medicamentos.

Além disso, observa-se a redução da credibilidade de instituições públicas e privadas, incluindo imprensa, sistema de justiça, órgãos governamentais e entidades científicas. Também são apontados como efeitos nocivos o estímulo à polarização e à radicalização política, o incentivo ao preconceito, à violência e à intolerância, bem como os danos à reputação de pessoas físicas e jurídicas, gerando consequências econômicas e sociais. Outro aspecto relevante consiste na manipulação da opinião pública, por meio de narrativas falsas que buscam enganar eleitores e desacreditar adversários políticos.

O enfrentamento a desinformação demanda estratégias integradas e coordenadas, que envolvem múltiplos setores sociais e articulam medidas preventivas, educativas, tecnológicas e jurídicas. Entre as ações prioritárias, destaca-se a educação midiática e digital, fortalecida por campanhas educativas e pela inclusão de conteúdos de alfabetização digital e pensamento crítico nos currículos escolares, visando à formação de cidadãos mais conscientes diante da sobrecarga informacional.

Adel da Silva (2025) afirma que outro eixo essencial se refere ao uso de ferramentas de verificação de fatos, como as plataformas Lupa, Aos Fatos, Boatos.org e Fato ou Fake, bem como a integração de sistemas automáticos de checagem em redes sociais e mecanismos de busca. Paralelamente, a legislação deve ser atualizada de forma a tipificar a produção e disseminação intencional de informações falsas, sem desconsiderar o respeito aos direitos fundamentais e prevendo mecanismos de revisão judicial.

Nesse cenário, a atuação de instituições e da sociedade civil adquire relevância central, abrangendo o fortalecimento do papel de organizações não governamentais, universidades e da imprensa profissional, que podem contribuir para o monitoramento e combate à desinformação com ética e transparência. O engajamento de lideranças políticas, sociais e influenciadores digitais também se mostra estratégico, considerando seu poder de alcance na multiplicação de conteúdos verificados.

No campo tecnológico, destaca-se as soluções baseadas em inteligência artificial, voltadas à identificação, rastreamento e neutralização de redes de disseminação de notícias falsas. Adel da Silva, (2025) ressalta a responsabilidade individual dos usuários da internet, que devem adotar práticas conscientes, como verificar a veracidade das informações antes de compartilhá-las, recorrer a múltiplas fontes confiáveis e denunciar conteúdos fraudulentos em plataformas digitais.

3 METODOLOGIA

A construção deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) seguiu uma abordagem metodológica de natureza aplicada, com caráter qualitativo e descritivo, voltada à produção de um produto jornalístico em formato de notícia ampliada. A escolha dessa metodologia se justifica pela necessidade de compreender, representar, e contextualizar, o fenômeno da desinformação e suas consequências para a segurança pública no estado do Amapá.

Segundo Minayo (2002), a pesquisa qualitativa tem como foco compreender aspectos da realidade que não podem ser mensurados numericamente, especialmente no campo das ciências sociais. Seu objeto de estudo envolve significados, valores, crenças, motivações e atitudes, explorando dimensões mais profundas das relações humanas, dos processos sociais e dos fenômenos culturais. Diferente de uma análise puramente estatística, ela busca interpretar o contexto subjetivo que orienta comportamentos e práticas, indo além da simples quantificação de variáveis.

Nesse sentido, não se trata de um contraponto à pesquisa quantitativa, mas de uma abordagem de natureza distinta. Enquanto os métodos estatísticos priorizam aspectos concretos, visíveis e mensuráveis dos fenômenos sociais, a pesquisa qualitativa investiga aquilo que não pode ser traduzido em números, como percepções e sentidos atribuídos pelos sujeitos às suas ações. Assim, essa metodologia permite captar a complexidade do mundo simbólico e subjetivo que permeia as relações humanas, oferecendo uma compreensão mais ampla e aprofundada da realidade social.

De acordo com Gil (2008), a pesquisa descritiva tem como objetivo principal caracterizar detalhadamente uma população ou fenômeno e investigar as possíveis relações entre suas variáveis. Uma de suas principais particularidades é a aplicação de técnicas estruturadas e sistemáticas para a coleta de dados.

Gil (2008, p. 28) afirma que “algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, pretendendo determinar a natureza dessa relação”. Assim, a pesquisa descritiva situa-se entre a pesquisa exploratória e a explicativa, oferecendo uma análise mais aprofundada que a exploratória, mas sem atingir o nível de detalhamento da explicativa. Nesse tipo de estudo, descrever envolve identificar, registrar, comparar e organizar informações relevantes, proporcionando uma compreensão clara e estruturada do objeto de investigação.

O memorial deste trabalho consistiu na fundamentação teórica e conceitual, realizada por meio de um levantamento bibliográfico. Essa etapa foi essencial para delimitar o objeto de

estudo e identificar os referenciais teóricos que sustentariam a abordagem jornalística e comunicacional adotada no produto final.

Gil (2008, p. 50) declara que “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. A principal vantagem dessa modalidade de pesquisa é a possibilidade de abranger um conjunto amplo de fenômenos, superando limitações geográficas ou logísticas que inviabilizariam a coleta de dados direta. Por exemplo, estudar indicadores populacionais.

Embora a pesquisa bibliográfica tenha oferecido vantagens significativas, como a possibilidade de acessar um amplo conjunto de informações, ela apresentou limitações que no decorrer do estudo. Muitas vezes, as fontes secundárias contêm dados coletados ou processados de forma inadequada, o que pode levar à reprodução ou ampliação de erros no desenvolvimento da pesquisa.

Segundo o autor, para minimizar esses riscos, é fundamental que o pesquisador verifique criteriosamente as condições em que os dados foram obtidos, realize uma análise detalhada das informações em busca de incoerências ou contradições e utilize múltiplas fontes, promovendo a análise cuidadosa dos dados para garantir maior confiabilidade e rigor acadêmico.

Esse tipo de abordagem permitiu compreender fenômenos sociais e históricos a partir de dados reais e contextualizados. Também, exigiu critérios rigorosos de seleção, organização e interpretação das fontes, garantindo a confiabilidade das informações coletadas. Dessa forma, nos utilizamos também de pesquisa documental, que se constituiu em uma ferramenta importante para fortalecer a fundamentação empírica deste projeto experimental.

Conforme Gil (2008), a pesquisa documental é conduzida de maneira semelhante à pesquisa bibliográfica, diferenciando-se pelo enfoque nas fontes utilizadas. Inicialmente, realiza-se a exploração das diversas fontes documentais disponíveis, que podem ser classificadas em dois grupos.

Os documentos de primeira mão são aqueles que não passaram por análise prévia, incluindo documentos oficiais, reportagens, cartas, contratos, diários, fotografias, filmes e gravações. Já os documentos de segunda mão consistem em materiais que já receberam algum tratamento ou interpretação, como relatórios de pesquisas, relatórios empresariais e tabelas estatísticas, servindo como base para análise e complementação do estudo.

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (Gil, 2008, p. 51).

Foram consultadas obras clássicas e contemporâneas sobre cibercultura, desinformação, jornalismo digital, linguagem jornalística, técnicas de pesquisa e segurança pública. Dentre os principais autores utilizados destacam-se Pierre Lévy (1999), com seu estudo sobre as transformações na comunicação social provocadas pela cultura digital; Nilson Lage (1987) e (2008), cujas obras oferecem diretrizes para a produção de textos jornalísticos claros, objetivos e éticos; e Walter Longo (2014), com sua análise crítica sobre a comunicação na era pós-digital.

Para a construção do trabalho também foram consultadas as obras de Henry Jenkins (2006), com sua obra sobre a cultura da convergência; Lima, R. S. de, Sinhoretto, J., & Bueno, S. (2015) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, sobre a atual configuração da segurança pública no país e Antonio Carlos Gil (2008) e Maria Cecília de Souza Minayo (2002), com seus estudos sobre as técnicas de pesquisas científicas, entre outros autores que foram de suma importância para a elaboração deste projeto.

Também foi utilizada a cartilha "Um Guia Rápido sobre Desinformação na Internet" (LAPIN, 2020), que contribuiu para a compreensão técnica dos processos de criação, disseminação e combate às notícias falsas. Durante essa fase, realizou-se a leitura de artigos científicos publicados em periódicos reconhecidos da área de Comunicação Social, como a "Revista Brasileira de Segurança Pública".

Em paralelo à revisão de literatura, iniciou-se a fase de planejamento do produto jornalístico deste trabalho. Com relação às escolhas metodológicas, optou-se por desenvolver uma notícia, gênero que, segundo Lage (1987, p. 10), "se define, no jornalismo moderno, como o relato de uma série de fatos, a partir do fato mais importante ou interessante; e, de cada fato, a partir do aspecto mais importante ou interessante". O formato de notícia ampliada foi adotado neste projeto por possibilitar maior imersão do leitor na narrativa, especialmente diante de temas pouco explorados no campo teórico.

Pesquisas acadêmicas desenvolvidas no curso de Jornalismo da UNIFAP, como as de Nascimento, M.; Geronimo, R. (2024) e Duarte, N.; Castro, S. (2024), orientadas pela Prof. Ma. Laiza Mangas, indicam que esse gênero se posiciona entre a objetividade da notícia e a profundidade da reportagem, não estando ainda consolidado no jornalismo, mas suscitando debates relevantes entre pesquisadores e profissionais da área.

A estrutura editorial do produto jornalístico foi organizada a partir de três objetivos centrais, definidos com base na proposta do trabalho e na relevância do tema. O primeiro objetivo foi contextualizar o leitor sobre o conceito de *fake news*, explicando seus principais mecanismos de disseminação, especialmente nas plataformas digitais.

Em seguida, buscou-se apresentar casos reais de desinformação que impactaram diretamente a segurança pública no estado do Amapá, ilustrando como informações falsas podem gerar pânico, mobilizações indevidas ou prejudicar a atuação das forças de segurança. Em contextos de instabilidade, conteúdos não verificados circularam rapidamente em grupos de WhatsApp e redes sociais, provocando reações coletivas baseadas no medo ou na desinformação.

Por fim, o terceiro objetivo consistiu em mapear e divulgar iniciativas locais e nacionais voltadas ao combate à desinformação, destacando ações educativas, tecnológicas e institucionais que buscam mitigar os efeitos nocivos das *fake news* no espaço público. Esses eixos editoriais nortearam a produção do conteúdo e garantiram uma abordagem informativa e alinhada ao compromisso ético do jornalismo.

A etapa de apuração incluiu a aplicação de diversas técnicas jornalísticas, como entrevistas, pesquisa documental e análise de conteúdo. As entrevistas foram realizadas com profissionais da segurança pública, e especialista em comunicação que trabalhou para o governo do Amapá. O período de coleta de dados compreendeu o mês de junho de 2025.

A entrevista é uma técnica de coleta de dados, que consiste no diálogo entre o entrevistador e uma ou mais pessoas com o objetivo de obter informações, opiniões ou relatos sobre determinado tema. No contexto da produção jornalística, a entrevista cumpriu a função de registrar falas com conteúdo relevante, analítico ou opinativo a pesquisa, servindo como fonte primária de informação.

De acordo com Medina (1986), a entrevista atinge seu objetivo quando ambos personagens, entrevistado e entrevistador, interagem, para além da simples troca de informações. É, portanto, um recurso essencial para aprofundar o entendimento sobre fenômenos sociais, comportamentos e experiências humanas, contribuindo para a construção de conhecimento com base em narrativas e percepções reais.

A entrevista nas suas diferentes aplicações, é uma técnica de interação social, de interpenetração informativa, quebrando assim isolamentos grupais; pode também servir á pluralização de vozes e à distribuição democrática da informação. Em todos estes ou outros usos das Ciências Humanas, constitui sempre um meio cujo fim é o inter-relacionamento humano (Medina, 1986, p. 8).

A escolha dos entrevistados seguiu critérios de relevância temática e representatividade. Foram priorizadas fontes institucionais, como representantes da Polícia Civil do Amapá, um representante do Corpo de Bombeiros Militar que trabalha no Centro de Tecnologia da Informação, bem como especialista em comunicação que trabalhou para o governo do estado.

As entrevistas ocorreram em formatos presencial e remoto, utilizando plataformas como o WhatsApp, devido a agenda dos entrevistados.

Além das entrevistas realizadas com profissional da área da comunicação e da segurança pública, o desenvolvimento do presente trabalho contou com uma pesquisa documental, que permitiu o acesso a registros oficiais e relatórios sobre ocorrências disponibilizados pela Polícia Civil. Além disso, a pesquisa incorporou a percepção da população escolar, considerando a importância da educação midiática na prevenção da disseminação de notícias falsas. Dessa forma, a combinação de fontes documentais, entrevistas e dados estatísticos proporcionou uma abordagem integrada e consistente para o estudo

Essa etapa metodológica envolveu a consulta de relatórios institucionais da Polícia Civil do Amapá, publicações em sites governamentais e matérias veiculadas em portais de notícias locais e nacionais. A pesquisa documental permitiu identificar padrões de recorrência na desinformação, além de fornecer uma base consolidada para compreender os efeitos dessas informações falsas sobre a atuação das instituições de segurança.

Também foram examinadas iniciativas legislativas e comunicacionais voltadas ao enfrentamento da desinformação no estado e no Brasil, o que possibilitou uma abordagem mais ampla e contextualizada do tema. Dessa forma, o cruzamento entre dados estatísticos, fontes documentais e depoimentos dos entrevistados fortaleceu a credibilidade e a profundidade da narrativa jornalística proposta.

Um dos principais conjuntos de dados utilizados foi fornecido pela Delegacia Geral de Polícia Civil do Amapá, que disponibilizou informações estatísticas relacionadas à atuação das forças de segurança diante de situações envolvendo desinformação e seus desdobramentos. Essas estatísticas foram fundamentais para identificar padrões de ocorrências que, possivelmente, tenham sido agravadas ou causadas pela circulação de notícias falsas.

Na fase de redação, seguiu-se os princípios da linguagem jornalística descritos por Lage (1987), que enfatiza a necessidade de clareza, concisão e objetividade na construção do texto. A notícia foi estruturada de forma a garantir fluidez na leitura e fácil compreensão por parte do público-alvo.

Inicialmente, priorizou-se a apresentação dos dados mais relevantes e atualizados, respeitando a lógica da pirâmide invertida, que permite ao leitor compreender rapidamente os pontos centrais da narrativa. Em seguida, o conteúdo foi desenvolvido de maneira progressiva, com aprofundamento analítico e contextualização dos fatos, de modo a oferecer uma leitura mais reflexiva sobre o tema abordado.

A organização textual também considerou os princípios da clareza e da coesão, essenciais para garantir a compreensão do público-alvo. Além disso, recursos visuais como intertítulos, gráficos estatísticos e imagens ilustrativas foram estrategicamente inseridos para conferir fluidez à leitura e tornar o conteúdo mais atrativo e acessível. Esses elementos gráficos desempenham um papel importante na fragmentação inteligente da informação, facilitando a navegação e estimulando a permanência do leitor no texto.

Silva (1985) argumenta que a diagramação é uma etapa essencial na produção de jornais, revistas e publicações digitais, pois conecta o aspecto estético com a clareza e hierarquia da informação.

A diagramação dos modernos jornais, revistas, cartazes, etc. dos nossos dias estão repletos dessa linguagem, imposta pela comunicação visual. Conteúdo e forma devem caminhar juntas, onde a peça arquitetônica final deve traduzir exatamente a consciência do seu valor informacional e estético (Silva, 1985, p. 40).

Por meio da organização visual, é possível garantir a hierarquia das informações, facilitando a leitura e a compreensão por parte do público. Nesse sentido, a diagramação não apenas contribui para a atratividade do material, mas também assegura que a mensagem seja transmitida de forma objetiva, coerente e funcional, reafirmando seu papel estratégico no campo da comunicação.

4 DESCRIÇÃO DO PRODUTO

4.1 PAUTA

A definição de uma pauta bem estruturada constitui um elemento central na produção jornalística e acadêmica, pois direciona todo o processo de pesquisa e construção do conteúdo. Uma pauta clara permite delimitar o objeto de estudo, identificar as fontes mais relevantes e estabelecer o foco da abordagem, evitando dispersões que possam comprometer a profundidade e a consistência da matéria ou do trabalho.

Para Lage (2008, p. 39) podemos definir as pautas de notícias em quatro importantes categorias, “os eventos programados ou sazonais, eventos continuados, desdobramentos de fatos geradores de interesse e fatos constatados por observação direta e que estão lá esperando ser noticiados”. Nesse sentido, este projeto parte da premissa de que as *fake news* constituem uma problemática atual na sociedade, configurando-se, portanto, como fato gerador de interesse.

Além disso, uma pauta bem planejada contribui para a organização do cronograma de produção, facilitando a coleta de dados, a realização de entrevistas e a verificação de informações, aspectos fundamentais para a credibilidade e a qualidade final do trabalho. Adotar uma pauta consistente também influencia diretamente na capacidade de engajamento do público ou dos leitores, uma vez que conteúdos bem delimitados tendem a gerar maior interesse e compreensão.

No contexto de pesquisas sobre temas complexos, como as *fake news*, a escolha de uma pauta sólida possibilita que o pesquisador identifique os fenômenos a serem investigados, os impactos sociais e as estratégias de enfrentamento, garantindo que o resultado final seja relevante, informativo e fundamentado em evidências. Dessa forma, a pauta atua como um guia estratégico que orienta as etapas de produção, da investigação inicial à apresentação do conteúdo final.

A definição da pauta para este trabalho foi estruturada em seções específicas que orientaram a construção da notícia ampliada. Na sinopse, foi elaborado um breve apanhado do conteúdo a ser desenvolvido, proporcionando a autora uma visão inicial sobre os objetivos da pesquisa. Já na seção de enfoque/encaminhamento, foi estabelecido o direcionamento analítico, destacando a forma como o tema seria abordado, a partir de uma perspectiva contextualizada.

Além disso, a pauta contemplou as questões norteadoras, entre as quais se destacam: de que maneira a segurança pública atua no enfrentamento das *fake news*, quais fontes seriam consultadas para subsidiar a pesquisa e quais recursos multimídia poderiam ser utilizados para

ampliar a compreensão do tema. A inclusão desses elementos garantiu não apenas a organização metodológica do trabalho, mas também a coerência entre os objetivos do estudo e as estratégias adotadas para sua execução.

Para a construção da notícia ampliada proposta neste projeto experimental, foram realizadas entrevistas com fontes relevantes e estratégicas que contribuíram com informações qualificadas sobre o tema abordado. O primeiro entrevistado foi o Oficial de Polícia Civil, Adel da Silva, representante da Delegacia de Repressão aos Crimes Cibernéticos (DRCCIBER), cujo contato inicial ocorreu via aplicativo WhatsApp.

Após esse primeiro diálogo, foi agendada uma entrevista presencial na qual o oficial compartilhou dados, análises essenciais sobre os desafios enfrentados pela segurança pública do Amapá no combate à desinformação e às *fake news* disseminadas nas plataformas digitais e medidas de prevenção deste fenômeno.

Também foi realizada entrevista com o Major Alex Sandro, diretor de comunicação da Polícia Militar do Amapá, que destacou os impactos das *fake news* na segurança pública do estado. O oficial ressaltou que a disseminação de informações falsas representa um desafio crescente, capaz de gerar pânico social, comprometer operações policiais e fragilizar a confiança da população nas instituições.

Ressalto que a obtenção de dados oficiais foi mais trabalhosa e demorada. O processo de tratativas com a Delegacia de Repressão aos Crimes Cibernéticos (DRCCIBER) estendeu-se por aproximadamente um mês. Essa demora foi justificada pelo fato de o órgão lidar com informações sensíveis à sociedade, as quais só puderam ser disponibilizadas após o cumprimento de procedimentos burocráticos necessários.

Em seguida, foi entrevistada a ex-secretária, Ilziane Launé, que na época dos fatos citados neste trabalho era a atual secretária de Comunicação do Estado do Amapá, cuja participação agregou uma perspectiva institucional e comunicacional ao trabalho. O contato inicial também se deu por meio do WhatsApp, e a entrevista foi realizada presencialmente em um ambiente informal, uma cafeteria da cidade, favorecendo uma conversa mais fluida sobre a relação entre políticas públicas de comunicação e o enfrentamento à circulação de conteúdos falsos no âmbito estadual.

Foram realizadas entrevistas com duas representantes de escolas públicas do estado do Amapá, com o intuito de compreender a relação entre o ambiente escolar e a desinformação. A primeira entrevista ocorreu na Escola José Firmo, com a secretária, Aline Araújo, onde a mesma destacou a relevância da educação midiática como ferramenta essencial para capacitar alunos e comunidade escolar na identificação de informações falsas e na promoção do pensamento

crítico, mostrando as alternativas que a escola adota para trabalhar a educação midiática, como oficinas, matérias optativas e trabalhos desenvolvidos na sala de aula.

Já a segunda entrevista foi conduzida na Escola Barão do Rio Branco, na qual a coordenadora pedagógica, Rejane Rocha relatou experiências concretas envolvendo a circulação de notícias falsas, como o caso que aconteceu em 2023, envolvendo um perfil na rede social Instagram, intitulado “Confissões Barão” que propagou notícias falsas sobre ataques em massa a escola. Medidas de urgências foram implementadas, os autores foram descobertos e encaminhados para as devidas medidas cabíveis. Tal situação mudou completamente a rotina educacional, apontando os desafios enfrentados pela gestão escolar na mediação desses casos e na conscientização da comunidade sobre os riscos da desinformação.

O bombeiro militar Thiago Silva também foi entrevistado, tanto presencialmente quanto via WhatsApp. Por ser próximo da autora deste projeto, a comunicação com o entrevistado ocorreu com maior facilidade, o que possibilitou aprofundar questões relacionadas ao impacto direto da desinformação nas rotinas operacionais do Corpo de Bombeiros. Sua contribuição foi relevante especialmente para ilustrar casos práticos em que a propagação de notícias falsas interferiu nos atendimentos de emergência ou comprometeu a imagem institucional da corporação.

Foram realizadas entrevistas com o gerente de Mídias Sociais do Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP), Hugo Reis, um dos responsáveis pelo quadro “3 Fake News e como combatê-las”, iniciativa que visa orientar a população sobre conteúdos falsos e promover maior consciência crítica diante das desinformações.

Além disso, foi entrevistado o coordenador do G1 Amapá, Rafael Aleixo, que apresentou o projeto de checagem “Fato ou Fake”, voltado para a verificação em tempo real de boatos que circulam nas redes sociais e em aplicativos de mensagens, contribuindo de forma significativa para a credibilidade jornalística e o fortalecimento do combate às *fake news* no estado.

As entrevistas seguiram critérios éticos, com o consentimento prévio dos participantes, e serviram como base para enriquecer a narrativa jornalística, oferecendo uma visão plural, concreta e contextualizada sobre os efeitos da desinformação na segurança pública do estado do Amapá.

4.2 ESTILO E TÉCNICA DO PRODUTO

O produto jornalístico desenvolvido como parte deste Trabalho de Conclusão de Curso consiste em uma notícia ampliada, com abordagem analítica e informativa, que trata dos

impactos das *fake news* na segurança pública do estado do Amapá. O conteúdo foi produzido com base em técnicas de apuração, entrevista com especialista da área da comunicação, agentes de segurança pública, e profissionais da área da educação.

O objetivo central do material é informar e conscientizar a população amapaense do ponto de vista de um site de webjornalismo, sobre os riscos associados à propagação de notícias falsas, bem como destacar os desafios enfrentados por órgãos de segurança pública, e demais instituições públicas diante desse fenômeno contemporâneo.

A abordagem busca estudar como as *fake news* influenciam a percepção social, comprometem a confiança nas instituições e exigem ações de órgãos de segurança pública, ao mesmo tempo em que ressalta a relevância do jornalismo e do jornalista como figura importante nesse cenário, da checagem de fatos e da educação midiática como instrumentos para reduzir a desinformação e fortalecer a consciência crítica da população.

A notícia ampliada foi elaborada seguindo os preceitos da objetividade e clareza nas informações de interesse público. Sua estrutura contempla uma introdução com dados sobre a desinformação no Brasil, seguida de uma análise dos efeitos das *fake news* sobre o cotidiano da segurança pública no estado, e para ratificar a teoria também é apresentado um gráfico sobre os casos de injúria, difamação e calúnia entre os anos de 2021 e 2025, que geraram boletins de ocorrência no Amapá.

Um dos desafios enfrentados durante a construção deste projeto foi a obtenção de imagens que ilustrassem de forma adequada a temática das *fake news*. Para suprir essa necessidade, recorreu-se a fotografias de arquivos pessoais, bem como a imagens extraídas de sites de notícias e de perfis oficiais dos entrevistados no Instagram, especialmente em razão de parte das entrevistas ter sido realizada de maneira remota, o que dificultou a produção de registros autorais.

O projeto editorial do produto foi cuidadosamente elaborado para garantir clareza, acessibilidade e atratividade. O público-alvo principal compreende jovens e adultos, com interesse em temas relacionados à segurança, tecnologia e cidadania. A linguagem adotada no conteúdo é objetiva, mas com elementos interpretativos, permitindo um equilíbrio entre a informação técnica e o engajamento narrativo. Termos complexos são explicados ao longo do texto e todas as fontes são identificadas, respeitando os princípios da transparência e da ética jornalística.

No que se refere à diagramação, as imagens foram organizadas de acordo com os temas abordados em cada seção, respeitando critérios de clareza e legibilidade. A disposição visual buscou evitar a sobrecarga de elementos gráficos nas páginas, mas, ao mesmo tempo, impedir

que o texto fosse apresentado de forma excessivamente densa. Dessa maneira, a proposta consistiu em proporcionar ao leitor uma experiência mais dinâmica e acessível, aproximando-se da linguagem do webjornalismo, sem comprometer o rigor acadêmico do trabalho.

Em termos visuais, a proposta gráfica do produto adota um layout limpo, com uso predominante das cores preto, branco e cinza, cores que transmitem seriedade e profissionalismo, ao mesmo tempo em que respeita a identidade visual associada a conteúdos informativos. Além disso, buscou-se manter a coesão entre os elementos visuais e o conteúdo textual, garantindo que intertítulos, imagens e gráfico tivessem função complementar à narrativa, contribuindo para uma melhor compreensão da mensagem jornalística.

A fonte utilizada foi a Times New Roman, serifada, por garantir maior conforto visual, facilitando a leitura em plataformas digitais. Além do cuidado com a tipografia, houve uma atenção especial na seleção e no tratamento das imagens utilizadas, de modo a assegurar a preservar a identidade dos envolvidos, quando necessário, respeitando os direitos de imagem.

Durante o processo de produção deste trabalho, foram empregados recursos tecnológicos com o objetivo de assegurar a qualidade e a precisão das informações coletadas. Para a captação de áudio durante as entrevistas, utilizou-se um smartphone equipado com aplicativo de gravação de voz, sendo que todos os participantes estavam previamente informados de que suas declarações seriam registradas, garantindo transparência e respeito aos princípios éticos da pesquisa.

A diagramação, embora parte essencial para a apresentação final do material, não constitui o foco principal deste TCC. O objetivo central concentra-se na qualidade do texto e na apuração jornalística, elementos considerados fundamentais para a construção do produto. Assim, a diagramação aparece como etapa complementar, voltada a assegurar a organização e a clareza visual do conteúdo, mas não como eixo prioritário da pesquisa.

No que diz respeito à estrutura do produto, a notícia é dividida em blocos temáticos, com intertítulos que facilitam a navegação e organizam o conteúdo de forma lógica e progressiva. Essa escolha reflete a tendência do jornalismo digital contemporâneo, que busca não apenas informar, mas também engajar o público por meio de diferentes formas de apresentação da notícia.

A produção da notícia exigiu um cronograma que incluiu a fase de pesquisa teórica, definição da pauta, elaboração do roteiro, apuração de dados, realização das entrevistas, redação, edição textual e montagem do produto final. Para viabilizar o projeto, foram utilizados equipamentos próprios, como aplicativo de gravação de voz do smartphone e notebook com programas de edição de texto e imagem.

Quanto à viabilidade do produto, o baixo custo de produção e a possibilidade de distribuição digital permitem sua ampla disseminação, sobretudo em ambientes acadêmicos, comunitários e educacionais. O conteúdo também poderá ser utilizado como material de apoio em oficinas de educação midiática e debates sobre desinformação no âmbito acadêmico, especialmente na UNIFAP. A proposta se mostra sustentável, podendo ser replicada em outras regiões ou com novas temáticas, sempre respeitando os princípios do jornalismo ético e comprometido com a verdade.

Por fim, a notícia ampliada aqui descrita representa uma contribuição concreta para o jornalismo local, ao abordar uma problemática contemporânea com abordagem crítica, fundamentação teórica e compromisso social. O produto final dialoga diretamente com os objetivos do curso de Jornalismo da UNIFAP e com as demandas informativas da população amapaense, oferecendo um conteúdo relevante e acessível para diferentes públicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) representou não apenas um desafio acadêmico, mas também uma experiência enriquecedora do ponto de vista profissional e pessoal. Ao investigar o impacto das *fake news* na segurança pública do Amapá, foi possível compreender como a desinformação afeta diretamente a vida da população e a atuação das instituições de segurança, especialmente em um estado que ainda apresenta fragilidades em termos de educação midiática e acesso à informação verificada.

Durante o processo de elaboração do projeto, o aprofundamento teórico foi essencial para embasar a produção jornalística. Autores como Pierre Lévy, ao discutir a cibercultura, permitiram contextualizar o ambiente digital onde a desinformação se espalha com rapidez. No meio da enxurrada diária de conteúdo produzido e consumido nos meios de comunicação, torna-se quase impossível para o público distinguir, com precisão, o que é uma notícia verdadeira do que é manipulação.

Esse cenário de excesso de informações, contribui para a fragmentação da atenção e para a superficialidade na leitura dos conteúdos, o que favorece o consumo e o compartilhamento de *fake news*. Assim, compreender e analisar esse fato se mostrou essencial, não apenas os meios de disseminação da desinformação, mas também os comportamentos sociais associados a esse fenômeno.

As dinâmicas das notícias falsas e de seus impactos negativos sobre a democracia e as instituições públicas foram fundamentais para a construção deste trabalho. Nesse processo, destacam-se as contribuições do Laboratório de Políticas Públicas e Internet (LAPIN), cujos estudos ofereceram uma análise sobre os mecanismos de desinformação, suas motivações e os desafios enfrentados pelo jornalismo na era digital.

Outro instrumento relevante consultado foi o “Fato ou Fake”, plataforma de verificação de informações vinculada ao portal G1. Esses serviços de *fact-checking* se mostraram essenciais para compreender como funciona a cadeia de disseminação de notícias falsas, além de fornecer exemplos concretos e atuais de como tais conteúdos afetam a credibilidade das instituições e comprometem o acesso da população à informação de qualidade.

A produção da notícia ampliada foi norteada pela busca de uma linguagem acessível, ao mesmo tempo que preservasse a complexidade do tema. O contato com fontes oficiais, a pesquisa documental e a apuração rigorosa dos dados garantiram a credibilidade das informações divulgadas. A escolha pelo formato de notícia ampliada permitiu a articulação

entre dados objetivos, depoimentos, e casos reais, criando um produto que vai além da superficialidade do noticioso rápido e oferece à população uma compreensão mais ampla e fundamentada do problema.

Os objetivos iniciais foram alcançados. Foi possível construir um trabalho que pode contribuir na discussão sobre o tema, informar a população sobre os efeitos das *fake news*, analisando suas implicações para a segurança pública e propondo reflexões sobre o papel do jornalismo e da sociedade como ferramenta de combate à desinformação. A produção também pode oferecer uma nova perspectiva sobre o tema, valorizando a experiência local e os impactos diretos sentidos no Amapá. Como policial e jornalista em formação, foi particularmente significativo aliar os conhecimentos das duas áreas para produzir um material que fosse ao mesmo tempo técnico, sensível e relevante para a sociedade.

Este trabalho buscou compreender como evitar ou minimizar a propagação de *fake news* no Amapá. Para isso, a pesquisa refletiu sobre o papel do jornalismo enquanto ferramenta de enfrentamento à desinformação, articulando entrevistas, dados estatísticos e a produção de uma notícia ampliada que abordou o fenômeno das *fake news* sob diferentes perspectivas: segurança pública, atuação dos órgãos oficiais e recepção social.

Além de evidenciar os impactos da desinformação, o estudo buscou ressaltar a importância da verificação de fatos, da educação midiática e da responsabilidade ética do jornalismo como instrumentos para formar cidadãos críticos e conscientes. Concluiu-se, portanto, que o jornalismo, especialmente em contextos locais como o Amapá, deve assumir papel ativo no combate às notícias falsas, contribuindo para uma sociedade mais informada, segura e resiliente. O trabalho também destaca a necessidade de fortalecer políticas públicas, práticas de checagem e ações educativas, de modo a reduzir os efeitos nocivos da desinformação e promover maior confiança nas instituições.

Entre os desdobramentos possíveis deste trabalho, destaca-se a necessidade de ampliar as iniciativas de educação midiática na região Norte, promovendo oficinas, campanhas e parcerias entre escolas, órgãos de comunicação e instituições de segurança. Também seria interessante desenvolver projetos colaborativos de *fact-checking* voltados especificamente para a realidade local, envolvendo acadêmicos, jornalistas e sociedade civil.

Outra possibilidade é a ampliação do formato adotado para outras temáticas relacionadas à comunicação e à segurança, produzindo um portfólio de reportagens aprofundadas que possam ser veiculadas em mídias regionais, sendo um meio confiável de obtenção de informações.

Do ponto de vista da prática jornalística, este trabalho pode contribuir ao reforçar a importância da apuração minuciosa, da responsabilidade com a informação e da escuta ativa das fontes. Também evidencia a necessidade de um jornalismo que se posicione diante dos desafios impostos pela era da desinformação, com ética, técnica e compromisso social. Para o curso de Jornalismo da UNIFAP, o projeto buscou agregar valor ao demonstrar a capacidade de aplicação dos conhecimentos teóricos em uma produção jornalística, alinhada com as demandas regionais.

Durante a coleta de dados para este trabalho ficou claro a importância do valor, e da responsabilidade social que o jornalismo carrega. Produzir informação é, acima de tudo, um ato de serviço à coletividade. Ao tratar das *fake news* com seriedade e fundamentação, este projeto reafirma o papel do jornalismo como instrumento de esclarecimento, fortalecimento da democracia e garantia de direitos. Que ele possa servir como ponto de partida para novas pesquisas, projetos e iniciativas que enfrentem a desinformação com o compromisso que o tema exige.

REFERÊNCIAS

ADEL DA SILVA,. **Investigação e combate à disseminação de fake news:** atuação da Polícia Civil. [mensagens trocadas com Clivia Cardoso], Macapá, 2025. Acesso em: 7 ago. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520:** informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.

AGÊNCIA BRASIL. **Quase 90% dos brasileiros admitem ter acreditado em fake news.** 2024. Disponível em: <https://ilocomotiva.com.br/clipping/quase-90-dos-brasileiros-admitem-ter-acreditado-em-fake-news-diz-pesquisa/>. Acesso em: 25 jul. 2025.

ARIGONY, Diego Giroto. **Desenvolvimento de um classificador de clickbait baseado em machine learning.** 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciência da Computação) - Universidade Feevale, Novo Hamburgo, 2020. Disponível em: https://tconline.feevale.br/tc/files/0001_5205.pdf. Acesso em: 01 ago. 2025

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 jul. 2025.

CAMARGOS, Ailton. **Pesquisa documental:** abordagens qualitativas e fenomenológicas. São Gotardo: Revista Brasileira de Educação e Cultura, 2022. Disponível em: <file:///C:/Users/clivi/Downloads/juliojunior,+2022+--+Pesquisa+documental.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2025.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999. Disponível em: <https://globalizacaoeintegracaoregionalufabc.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/10/castells-m-a-sociedade-em-rede.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2025.

CHARTIER, Roger. **Do código ao monitor:** a trajetória do escrito. Estudos Avançados, 1994. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/158225195/Do-codice-ao-monitor-a-trajetoria-do-escrito>. Acesso em: 25 jul. 2025.

DUARTE, N; CASTRO, S. **A bioeconomia do açaí como alternativa na geração de renda no Amapá.** 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Jornalismo) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2024.

ERBOLATO, Mario L., **Técnicas em codificação em jornalismo:** redação, captação e edição no jornal diário. São Paulo: Editora ática. 1991. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/868523375/Cap-tulo-Not-CIA-Mat-ria-Prima-Do-Jornalismo-M-rio-Erbolato?v=0.902>. Acesso em: 24 jul. 2025.

FONSECA, Bruno. **O que é fact-checking?.** Agência de jornalismo investigativo, 2017 Disponível em: <https://apublica.org/checagem/2017/06/truco-o-que-e-fact-checking/>. Acesso em: 30 jul. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública 2022.** São Paulo, 2022. E-book. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp->

[content/uploads/2022/07/24-anuario-2022-como-funciona-a-seguranca-publica-no-brasil.pdf](#). Acesso em: 24 jul. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2025.

GRUPO GLOBO. **Fato ou Fake**. Serviço de checagem de conteúdo. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/>. Acesso em: 10 ago. 2025

JENKINS, Henry. **Cultura da divergência**. Editora Aleph, 2009. Disponível em: <https://cienciaslinguagem.eca.usp.br/L3JenkinsConvergencia.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2025.

LABORATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E INTERNET. E-book. **Um guia rápido sobre desinformação na internet**. E-book. Disponível em: https://lapin.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Isso-e%CC%81-Fake-News-Um-guia-ra%CC%81pido-de-desinformac%CC%A7a%CC%83o-na-internet_LAPIN.pdf. Acesso em: 1 ago. 2025.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. São Paulo: Editora Ática, 1987. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/617921324/Nilson-lage-estrutura-da-noticia>. Acesso em: 17 jul. 2025.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

LEMOS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 4ª ed., 2008.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIMA, R. S. de, SINHORETTO, J., & BUENO, S. **A gestão da vida e da segurança pública no Brasil**. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 30, n. 1, p. 126-129, Janeiro/Abril 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/5954/5394>. Acesso em: 11 jul. 2025.

LONGO, Walter. **Marketing e comunicação na era pós-digital**, São Paulo: HSM do Brasil, 2014.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Entrevista: o dialogo possível**. São Paulo: Editora Ática, 1986. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/138009340/Livro-Entrevista-O-dialogo-possivel-Cremilda-de-Arau-jo-Medina>. Acesso em: 19 jul. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social, teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2025.

NASCIMENTO, M; GERONIMO, R. **Projetos sociais são beneficiados com recursos da justiça do amapá**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Jornalismo) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2024.

NEMER, David. **Webinário** - O papel das instituições públicas no combate à fake news. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D3xJkww7I&t=465s>. Acesso em: 17 jul. 2025.

REVISTA SUPER INTERESSANTE. **Qual foi o primeiro jornal da história?**. 2022. Disponível em: <https://super.abril.com.br/coluna/oraculo/qual-foi-o-primeiro-jornal-da-historia/>. Acesso em: 19 jul. 2025.

SILVA, Rafael Souza. **Diagramação**: o planejamento visual gráfico na comunicação impressa. São Paulo: Summus, 1985. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/88426052/diagramacao-planejamento-visual-grafico-na-comunicacao-impressa>. Acesso em: 17 jul. 2025.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL; UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Desinformação o mal do século**: distorções, inverdades, fake news: a democracia ameaçada. Brasília: Programa de combate a desinformação, 2023. E-book. Disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/campanha/anexo/combate/ebook_desinformacao_o_mal_d_o_seculo.pdf. Acesso em: 01 ago. 2025.

UNICEF. **Muito mais que news**: Um guia prático para enfrentar a Desinformação. Niterói, 2022. E-book. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/19196/file/muito-mais-que-fake-news.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2025.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Desordem Informacional**: para um quadro interdisciplinar de investigação e elaboração de políticas públicas / Claire Wardle; Hossein, Derakhshan; tradução de Pedro Caetano Filho e Abilio Rodrigues. Campinas, UNICAMP, Centro e Logica, Epistemologia e Historia da Ciência, 2023.

APÊNDICE – A - PAUTA

Data: 06 de setembro de 2025

Repórter: Clívia Cardoso

Editoria: Policial/Social

Tema: *Fake news* desafiam segurança pública no Amapá

Sinopse: As *fake news* se consolidaram como um dos principais desafios contemporâneos, impactando diretamente a sociedade e, conseqüentemente, a segurança pública. No Amapá, esse fenômeno recente tem causado preocupação, pois afeta a credibilidade das instituições, amplia a sensação de insegurança e pode mobilizar indevidamente órgãos de segurança. Trata-se de uma problemática que não se restringe a fronteiras geográficas, já que circula em escala global, mas que apresenta efeitos concretos no contexto local.

Nesse cenário, diferentes instituições do aparato de segurança pública desempenham papel relevante no combate à desinformação. A Polícia Civil, por meio da Delegacia de Repressão aos Crimes Cibernéticos (DRCCIBER), atua na apuração e responsabilização de crimes associados à divulgação de conteúdos falsos, como calúnia, difamação e injúria.

Paralelamente, a Polícia Militar, o Tribunal de Justiça, e outros órgãos também contribuem no enfrentamento desse fenômeno, seja por meio da prevenção, da fiscalização ou do suporte jurídico. Somam-se a esses esforços os jornalistas, educadores e especialistas em comunicação, que reforçam a importância da educação midiática e do jornalismo de verificação como instrumentos fundamentais de conscientização e enfrentamento.

Enfoque/encaminhamento: O encaminhamento da pauta será destacar como diferentes setores: segurança pública, jornalismo e educação estão atuando no enfrentamento às *fake news* no Amapá. A notícia ampliada pretende mostrar os desafios enfrentados no combate as *fake news* e seus impactos, também buscar trazer exemplos de crimes relacionados à desinformação, trazer relatos de profissionais da comunicação e dar voz a educadores que discutem a importância da educação digital para preparar cidadãos críticos. Além disso, será abordada a percepção da comunidade escolar sobre os impactos das notícias falsas no cotidiano.

Questões a serem levantadas:

- Como a segurança pública age no enfrentamento as *fake news*

- Qual o papel do jornalismo local no combate à desinformação?
- Como as escolas estão trabalhando a educação midiática para preparar os alunos contra *fake news*?
- Que estratégias individuais os cidadãos podem adotar para evitar a propagação de notícias falsas?

Fontes:

- Oficial Abel da Silva – Delegacia de Repressão aos Crimes Cibernéticos (DRCCIBER)
- Major Alex Sandro – Diretor de comunicação da PMAP
- Soldado Thiago Gonçalves – Centro de tecnologia da informação do BMAP
- Hugo Reis – Gerente de mídias sociais do TJAP
- Rafael Aleixo – Coordenador do G1 Amapá
- Ilziane Launé – Ex-secretária de comunicação do Amapá
- Aline Araújo – Secretária da Escola Estadual José Firmo
- Rejane Rocha- Coordenadora pedagógica da Escola Barão do Rio Branco

Recursos multimídias: Serão utilizadas imagens com o objetivo de proporcionar maior interatividade ao leitor e tornar a leitura mais dinâmica e atrativa. Além disso, serão inseridos hiperlinks que direcionam para sites especializados em checagem de fatos, como Lupa, Aos Fatos e Fato ou *Fake*, contribuindo para que o leitor compreenda e aplique, na prática, métodos de verificação de informações.

APÊNDICE – B – NOTICIA AMPLIADA

NOTÍCIA

FAKE NEWS DESAFIAM A SEGURANÇA PÚBLICA NO AMAPÁ

Com a rápida disseminação de boatos nas redes sociais e aplicativos de mensagens, o estado enfrenta riscos crescentes à ordem pública e à credibilidade das instituições de segurança.

Por: Clivia Cardoso

Nos últimos anos, o estado do Amapá tem enfrentado um fenômeno que ultrapassa os limites do ambiente virtual e gera efeitos concretos nas ruas, escolas e instituições públicas: a propagação de fake news. O compartilhamento de informações falsas, especialmente em redes sociais e aplicativos de mensagens, tem afetado a plena segurança da população.



Fake news são uma problemática crescente na sociedade.
Arte : Lilian Marceley

Uma pesquisa de 2024, divulgada pela Agência Brasil, aponta que aproximadamente 90% da população brasileira já acreditou, em algum momento, em informações falsas. O estudo revela ainda que oito em cada dez brasileiros reconheceram ter acreditado em conteúdos classificados como fake news.

Apesar desse alto índice de exposição à desinformação, 62% dos entrevistados afirmaram confiar em sua própria capacidade de distinguir notícias verdadeiras e falsas. Em relação à natureza dos conteúdos enganosos que receberam credibilidade, 51% relataram terem sido enganados por conteúdos relacionados à segurança pública.



Materiais utilizados durante a transmissão na internet foram apreendidos. Foto: Reprodução PC-AP.

Entre os episódios que mais repercutiram na sociedade amapaense, destaca-se a circulação de boatos, em abril de 2023, acerca de supostos ataques à Escola Barão do Rio Branco, situada no centro de Macapá. Mensagens de áudio e vídeos disseminados em aplicativos como WhatsApp e Instagram anunciavam atentados em massa contra a instituição, os quais nunca se concretizaram. Diante da situação, foram adotadas medidas emergenciais de segurança, tais como a emissão de carteiras estudantis para controle de acesso, monitoramento rigoroso do fluxo de alunos, instalação de botão de

alerta com acompanhamento em tempo real e realização de reunião com representantes da comunidade escolar. Estiveram presentes na ocasião órgãos e instituições como a Secretaria de Educação (SEED), Polícia Civil, Polícia Militar, Conselho Tutelar, Sindicato dos Professores, entre outros. Como consequência, as aulas foram temporariamente suspensas até que as ações preventivas fossem implementadas.

“Toda a comunidade da Escola Barão do Rio Branco foi convocada para uma reunião sobre as informações que estavam circulando nas redes sociais. A partir desse momento, os pais foram devidamente informados e a rotina escolar passou por alterações significativas, com foco prioritário na preservação da segurança de alunos, professores e demais membros da instituição”, confirmou a coordenadora pedagógica, Rejane Rocha.



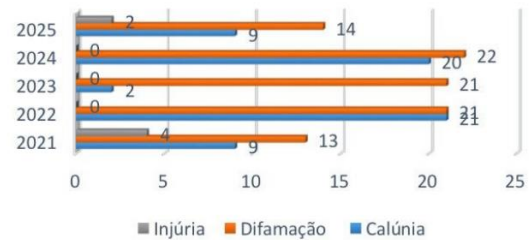
Alunos fizeram transmissão com ameaças a escola. Foto: Reprodução PC-AP.

Segundo o oficial da Delegacia de Repressão aos Crimes Cibernéticos do Estado (DRCCIBER), Adel da Silva, 152 ocorrências foram registradas entre os anos de 2021 e 2025. Essas práticas podem enquadrar-se em tipos penais já previstos na legislação brasileira, demonstrando que, embora se trate de um fenômeno contemporâneo, ele encontra respaldo jurídico em normas já existentes.

Entre os delitos mais recorrentes nesse cenário destacam-se a calúnia, a difamação e a injúria, que atingem diretamente a honra e a reputação das pessoas. Dessa forma, a disseminação de notícias falsas não apenas compromete a credibilidade da informação e a segurança

pública, mas também configura ofensa a direitos individuais, o que reforça a necessidade de responsabilização penal e de estratégias de enfrentamento integradas.

Evolução nos crimes de injúria, difamação e calúnia no Amapá (2021-2025)



Além do ambiente escolar, as fake news também afetaram a realização de eventos públicos de grande porte, como a tradicional Expofeira do Amapá (o maior evento do setor de negócios do estado). “Uma grande fake news aconteceu na época da Expofeira, circulou informações falsas de que a energia não estaria funcionando corretamente, e que os shows seriam pagos, gerando uma grande repercussão nas redes sociais e na sociedade amapaense”, apontou a secretá-

ria de Comunicação do Amapá na época, Ilziane Launé.

Como resposta, a Secretaria de Comunicação (Secom) intensificou o monitoramento digital e lançou campanhas de conscientização para combater a desinformação e as forças de segurança foram empregadas para acompanhar o evento e garantir seu pleno funcionamento. “Mais do que nunca, a desinformação se combate com a informação, em especial os órgãos públicos e fontes confiáveis”, afirmou a ex-secretária de Comunicação.

Segundo o coordenador da Diretoria de Comunicação da Polícia Militar do Amapá, major Alex Sandro, o impacto das fake news na segurança pública do Amapá é um desafio que demanda ações conjuntas entre instituições, públicas ou privadas, imprensa e sociedade civil. “O combate à desinformação requer, além de estratégias institucionais, o fortalecimento da educação para o consumo crítico de in-

formações”, concluiu.



A Polícia Militar também atua no combate às fake news. Foto: Instagram Alex Sandro

Para o bombeiro militar Thiago Silva, do Centro de Tecnologia da Informação, as notícias falsas veiculadas pelos meios de comunicação, sejam os tradicionais ou redes sociais, podem comprometer a imagem das instituições de segurança pública perante a sociedade e reforçam a estigmatização desses profissionais.

“No caso do Corpo de Bombeiros, ocasionalmente, circulam informações sobre suposta falta de água para combater incêndios ou de efetivo para atender ocorrências. No entanto, a corporação possui protocolos específicos

a serem seguidos e, devido ao aumento dos trotes, as chamadas passaram a ser previamente filtradas antes de serem repassadas às equipes de plantão”, explicou.

Iniciativas de enfrentamento

Com o agravamento da situação, instituições estaduais passaram a adotar medidas mais efetivas no combate às notícias falsas. O Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP), por exemplo, criou um quadro mensal nas redes sociais chamado “3 fake news e como combatê-las”, com o objetivo de esclarecer a população sobre conteúdos enganosos.



O TJAP adota medidas de enfrentamento às fake news. Fonte: TJAP.

O quadro tem o objetivo de explicar de forma simples, o que é verdade ou mentira, desmistificar algumas expressões e, principalmente, esclarecer dúvidas sobre assuntos jurídicos. “A recepção foi positiva e nós abrangemos os temas, como: direito do consumidor, pensão, divórcio e crimes virtuais, assuntos que a justiça poderia ajudar a esclarecer”, comentou o gerente de Mídias Sociais do TJAP, Hugo Reis.

Em paralelo ao lançamento da Agência de Notícias do Amapá, o Governo do Estado lançou, em 2024, um manifesto institucional que reuniu os poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e veículos de comunicação, com a proposta de criar uma frente integrada de enfrentamento à desinformação. A Agência de Notícias também passou a produzir conteúdo voltado ao esclarecimento de boatos e à checagem de fatos.

“O lançamento, em conjunto, foi pensado para que todos os órgãos públicos pudessem se comprometer no combate as notícias falsas. Inclusive, o Amapá é o único estado que possui um manifesto com esta temática”, concluiu a ex-secretária de Comunicação do Amapá, Ilziane Launé.



Ilziane Launé no lançamento do manifesto de Enfrentamento à Desinformação e Difamação do Amapá. Fonte: Agência de notícias

Na esfera legislativa, se destaca o Projeto de Lei conhecido como PL das Fake News, apresentado pelo senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), que obteve aprovação no plenário do Senado Federal, em 2020, e se encontra na pauta para apreciação da Câmara dos Deputados. A proposta, que visa estabelecer a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet, busca criar normas específicas pa-

ra o funcionamento de redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas, como WhatsApp e Telegram.

Papel da imprensa e dos jornalistas

Diante desse cenário, os profissionais da comunicação têm buscado adotar estratégias de verificação rigorosa das informações antes da publicação de notícias. Projetos locais de fact-checking (checagem de fatos com base em dados e registros) começam a ganhar espaço, e veículos como o gl Amapá, em parceria com a iniciativa nacional Fato ou Fake”, têm contribuído para desmentir boatos em tempo real.

“Vivemos em um período de intensa manipulação da informação, e iniciativas como Fato ou Fake, surgem para desmistificar e contextualizar os acontecimentos para a população. Com o grande número de fake news sendo espalhadas pelos aplicativos de mensagens e redes sócias, fazer uma checagem responsável com dados estatísticos, imagens e vídeos confiáveis, declarações

de especialistas e registros históricos faz toda a diferença para construirmos uma sociedade bem informada”, esclareceu o coordenador do g1 Amapá, Rafael Aleixo.



Jornalismo de checagem ajuda a desmentir boatos em tempo real. Fonte: Reprodução Instagram Rafael Aleixo

Além disso, programas educativos nas escolas vêm sendo implementados com foco em educação midiática, orientando sobre como identificar e evitar o compartilhamento de notícias falsas. Essas iniciativas têm como objetivo principal capacitar alunos a desenvolverem um olhar crítico diante das informações consumidas, principalmente nas redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas.

Um exemplo de ação bem sucedida é o da escola Estadual Prof. José Firmo do Nascimento, localizada no bairro do

Trem, Macapá. A Escola, que funciona em tempo integral oferece uma gama de disciplinas na sua matriz curricular, com o objetivo de discutir temas voltados a cultura, comunicação e educação digital.

“Entre os temas, estamos trabalhando na escola a educação digital: como atestar a veracidade das informações e não propagar uma fake News, cyberbullyng e os impactos negativos na vida escolar e familiar e a responsabilização no uso inconsequente das plataformas digitais. São temas que fazem parte do cotidiano da maioria dos alunos, então é importante abordarmos de forma consciente e educativa, para esses jovens não fiquem expostos, sem conhecimento”, comentou a coordenadora pedagógica, Aline de Araújo.



Quadro fato ou fake do G1 analisa os casos de Fake News. Fonte: G1

EVITE CAIR EM FAKE NEWS!

Evitar cair em fake news exige atenção e uma postura crítica diante de qualquer conteúdo recebido. A primeira dica é sempre verificar a fonte da informação. Antes de acreditar ou compartilhar, é importante conferir se o texto ou a notícia foi publicado por veículos de comunicação confiáveis ou por instituições reconhecidas. Além disso, é essencial analisar detalhes como a data da publicação, possíveis erros gramaticais e a presença de títulos sensacionalistas, que costumam ser indicativos de conteúdos falsos ou manipulados.

O segundo passo é buscar confirmação em diferentes canais. Se uma mensagem parece suspeita, vale pesquisar em sites de checagem de fatos, como o Fato ou Fake, ou em portais de notícias respeitados. Muitas vezes, uma rápida busca na internet é suficiente para identificar se aquele conteúdo é verdadeiro ou não.

Também é útil prestar atenção em quem está compartilhando a informação; mesmo que venha de um amigo ou familiar, isso não garante que seja confiável, pois muitas pessoas repassam conteúdos sem verificar.

Por fim, para evitar propagar fake news, é necessário adotar uma postura responsável nas redes sociais e aplicativos de mensagens. Se você não tem certeza da veracidade de uma informação, o mais seguro é não compartilhar. Além disso, é possível ajudar na conscientização de outras pessoas, explicando de forma respeitosa sobre a importância de checar conteúdos antes de repassar. Limitar a participação em grupos que espalham desinformação também é uma medida eficaz.

